



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidade

Instituto de Psicologia

Louise Florencio Marques

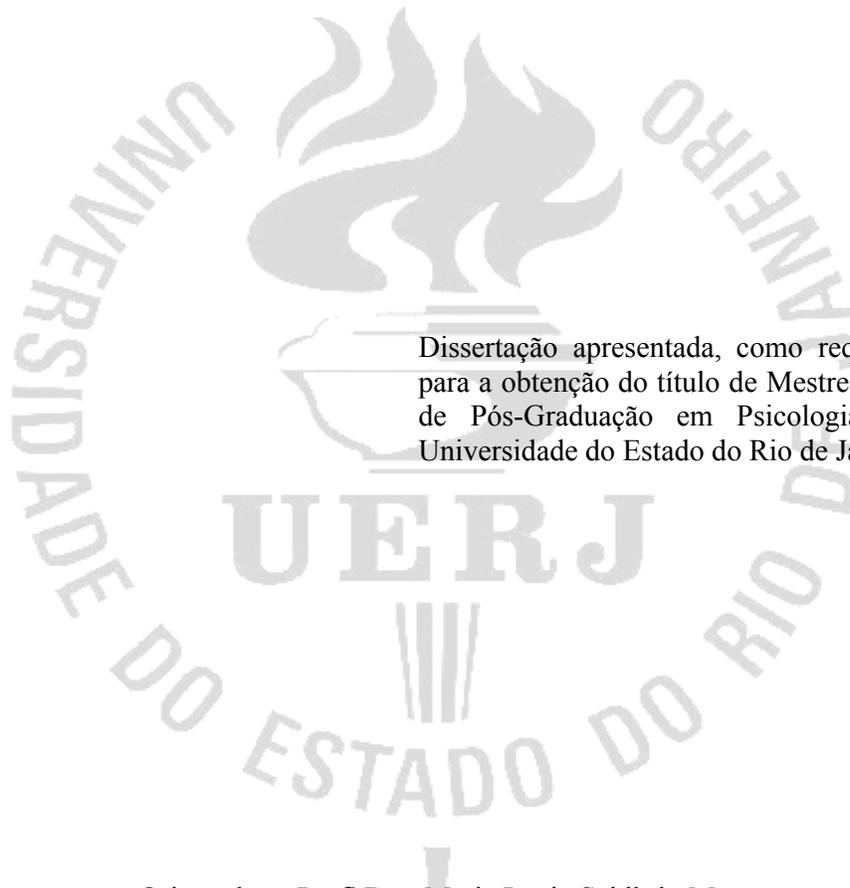
**O desenvolvimento da autonomia em adolescentes cariocas e sua percepção
do estilo parental paterno**

Rio de Janeiro

2014

Louise Florencio Marques

**O desenvolvimento da autonomia em adolescentes cariocas e sua percepção do estilo
parental paterno**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^ª Dra. Maria Lucia Seidl-de-Moura

Coorientadora: Prof^ª Dra. Edna Lúcia Tinoco Ponciano

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M357 Marques, Louise Florencio.
O desenvolvimento da autonomia em adolescentes cariocas e sua percepção do estilo parental paterno / Louise Florencio Marques. – 2014.
105 f.

Orientadora: Maria Lucia Seidl-de-Moura.
Coorientadora: Edna Lúcia Tinoco Ponciano.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Psicologia.

1. Autonomia em adolescentes – Teses. 2. Pais e adolescentes – Teses. 3. Influências dos pais – Teses. I. Seidl-de-Moura, Maria Lucia. II. Ponciano, Edna Lúcia Tinoco. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. IV. Título.

es CDU 159.922-053.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Louise Florencio Marques

**O desenvolvimento da autonomia em adolescentes cariocas e sua percepção do estilo
parental paterno**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-
Graduação em Psicologia Social, da Universidade do
Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 25 de Março de 2014.

Banca Examinadora:

Profª Drª Maria Lucia Seidl-de-Moura (Orientadora)
Instituto de Psicologia- UERJ

Profª Drª Edna L. Tinoco Ponciano (Coorientadora)
Instituto de Psicologia- UERJ

Profª Drª Deise Maria Leal Fernandes Mendes
Instituto de Psicologia – UERJ

Profª Drª Andrea Seixas Magalhães
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha querida e muito amada tia Raquel (*in memoriam*), por despertar em mim o amor pela Psicologia e ao meu querido “papito” Edson, por me inspirar a este tema tão fascinante e a minha mãe por seu amor.

AGRADECIMENTOS

Uma das minhas palavras favoritas é gratidão. Palavra que tem origem no latim *gratus*, significa reconhecer que se tenha recebido algo e estar agradecido por isso. Creio que gosto desta palavra porque para mim, está muito associada a outra, que também gosto muito, generosidade. Se hoje posso agradecer é porque tive pessoas generosas em meu caminho que contribuíram, das mais diversas maneiras, para que esta dissertação acontecesse.

Gostaria de começar agradecendo a Deus. Primeiro, por capacitar-me com os talentos que tenho e segundo, por sua parceria. “Até aqui nos ajudou o Senhor” (I Samuel 7: 12b), definitivamente, resume o que sinto.

Aos meus queridos e muito amados pais, Edson Marques e Creyse Marques, quem chamo carinhosamente de “papito” e “madrecita”. Duas pessoas cruciais nesta trajetória, com quem aprendi a palavra generosidade e a exercê-la, que com toda a generosidade e amor, deram-me todo o suporte, os abraços e aquele empurrãozinho extra que muitas vezes, precisei.

Ao meu irmão Gustavo Marques e minha cunhada Hilda Marques pelo apoio e por proporcionarem um lugar silencioso no qual pude escrever.

À minha irmã Débora Marques, pela sinceridade e franqueza que me ajudaram a ver as coisas mais claramente, quando começavam a ficar um pouco embaçadas.

Às minhas tias Raquel Lourenço (*in memoriam*), Elimar Muniz e Maria Lucia Wagner pela torcida, pelas palavras de incentivo e pelo carinho. E ao meu tio Carlinhos, por me lembrar de que amo o que faço e que isso me deixa muito feliz.

Aos meus primos, Rafael Santos e esposa Ana Paula Leão, Daniel Lourenço, Fabinho Muniz, Flávia Muniz, Léo Santos e Cinthia Lourenço. Que vibraram e se alegraram comigo quando entrei para o mestrado, que me encorajaram ao longo do processo, compartilhando suas próprias experiências, e se alegram neste momento de conclusão.

À minha queridíssima professora Maria Lucia Seidl-de-Moura que é mais do que orientadora, uma verdadeira mestra. Com o seu carinho e sabedoria me orientou, fez sugestões importantíssimas ao trabalho, desafiou-me a pensar fora da caixa e ensinou-me coisas que levarei para vida. Sentirei falta de seus abraços apertados que aqueceram meu coração toda vez que precisei.

À minha coorientadora Edna Ponciano que tenho o prazer de chamar de amiga. Com suas palavras empáticas me acolheram, com seu olhar de águia enxergou coisas que eu não vi e com suas perguntas me ajudou a refletir.

À professora Deise Mendes que com suas caroninhas, proporcionou-me momentos de aprendizagem, trocas e descontração. Equilíbrio tão importante neste trajeto.

Ao grupo de pesquisa Interação Social e Desenvolvimento (ISDES) com quem aprendi e cresci e que só confirmou minha teoria de que trabalhar em grupo é muito melhor.

À minha amiga Dandara Ramos que com sua ajuda com o mundo fantástico das análises estatísticas foi crucial e me encheu de esperança e fez toda a diferença.

À Luciana Brooking que com sua paciência para as minhas perguntas e o jeito que vibrava com as minhas respostas certas gerou em mim a motivação extra nos momentos certos.

À minha amiga Marcella Rosa por sua disponibilidade em dar, não apenas uma mão, mas duas no processo de revisão da formatação.

Às minhas amigas Aline Mussumeci, Amy Fairchild, Angélica Campos, Barbara Marcelino, Carla Fernanda Almeida, Debora Miu, Denise de Araujo, Heloisa Vieira, Ilce Ferreira, Juliana Portella, Lorena Berzins, Marina Santoro, Maura Zuanazzi, Naura Piovesan, Paula Vita, Priscila Novais, e Verônica Naidu e aos meus amigos David Zuanazzi e Sergio Dusilek por serem prova viva de que amigo é coisa para se guardar ao lado esquerdo do peito.

À minha querida terapeuta Jaqueline Orenbuch, que proporcionou o espaço de desaceleração e oxigenação que tanto necessitei. Sua empatia e acolhimento foram essenciais.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social por todo conhecimento transmitido.

As minhas colegas de turma, em especial, Christiane Oliveira, Karen Weimer, Kátia Nahum e Silvia Brilhante, pelas trocas de conhecimento, experiência de vida e pelos momentos de bem-estar que foram importantes e indispensáveis nos momentos de angústia acadêmica.

Aos funcionários Aníbal e Ana Maria (Aninha), que sempre simpáticos, recebiam-me na secretária e colocavam-se dispostos a ajudar e a esclarecer qualquer dúvida.

Às adolescentes que se disponibilizaram a participar da pesquisa, pois sem elas este trabalho estaria incompleto.

À Karine, Luzia Peron, Noêmia Klaverin, Norma Baldner, Viviane e Susana Moreira por acreditarem na pesquisa, por pensarem em possíveis contatos e mobilizarem as adolescentes e seus pais a participarem deste estudo.

Todo jardim começa com uma história de amor, antes que qualquer árvore seja plantada ou um lago construído é preciso que eles tenham nascido dentro da alma. Quem não planta jardim por dentro, não planta jardins por fora e nem passeia por eles.

Rubens Alves

RESUMO

Marques, L. F. *O desenvolvimento da autonomia em adolescentes cariocas e sua percepção do estilo parental paterno*. 2014. 105f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

A adolescência feminina é marcada por muitos desafios, frutos das transformações que ocorrem na vida desta jovem. Com a puberdade, as diferenças biológicas entre os sexos se acentuam, sendo significativas as demandas e as expectativas socioculturais. Para as adolescentes, o desenvolvimento das mamas e o aumento dos quadris formam um novo corpo, suscitando novas sensações e sentimentos. Na adolescência intermediária, a jovem se depara com a tarefa de lidar com a sua sexualidade, com decisões morais, vivenciar o aumento de novos relacionamentos com seus pares e equilibrar a autonomia com a responsabilidade. A forma como a adolescente vivencia estas mudanças é moldada pelas características pessoais, crenças e práticas, que refletem o seu contexto. Na cultura ocidental, uma das questões típicas da adolescência é o desenvolvimento da autonomia, relacionada ao contexto familiar. Apesar das transformações sociais, a família continua a desempenhar um papel essencial na formação do indivíduo, tendo as atribuições de cuidado, de apoio e de afeto. No contexto familiar, por meio do estilo parental, são comunicadas as atitudes dos pais em relação aos seus filhos, criando um clima emocional, no qual as práticas parentais são expressas. Estudos dedicados aos relacionamentos pais-filhos especificam a importância da presença do pai para a dinâmica e o clima emocional familiar e sugerem que o gênero do progenitor pode influenciar a forma que ele se relaciona com sua filha. Assim, o objetivo deste trabalho se desdobra em dois. O primeiro é promover uma reflexão a partir de uma revisão de literatura contemplando essa temática. O segundo é investigar a relação entre a percepção do estilo parental paterno e o desenvolvimento da autonomia da filha adolescente. Para isso, utilizamos um método quantitativo, com aplicação de escalas sobre autonomia, interdependência e autonomia-relacionada e estilo parental. Participaram do estudo 50 adolescentes do sexo feminino, entre 14 a 16 anos, de famílias intactas, residentes no Rio de Janeiro. Os resultados apontaram para a existência de uma relação entre o desenvolvimento da autonomia e a percepção do estilo parental paterno. Quanto mais as adolescentes percebiam seus pais como autoritativos, maiores eram seus escores em autonomia-relacional e menores em autonomia. De um modo geral, as adolescentes da pesquisa apresentaram uma tendência à autonomia-relacionada e a perceber seus pais com o estilo parental autoritativo. Com base nestes resultados, concluímos que a maneira que as adolescentes percebem seus pais vai estar relacionada ao modo que vão desenvolver sua autonomia, indicando a importância de futuras pesquisas que explorem a relação pai-filha na adolescência em um contexto brasileiro.

Palavras-chave: Autonomia. Adolescência. Gênero. Estilo parental.

ABSTRACT

Marques, L. F. *The development of autonomy in cariocas adolescents and their perception of the paternal parental style.* . 2014. 105f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Female adolescence is marked by many challenges as a result of numerous changes that occur in the adolescent's life. Puberty accentuates the biological differences between the sexes, as well as, sociocultural demands and expectations. The augmentation of breasts and hips experienced by the adolescent girls evokes new feelings and sensations. The major issues that teenage girls deal with, in middle adolescence, are related to handling sexuality, making moral decisions, developing new relationships with peers, balancing autonomy and accountability. The way the adolescent will live these changes is shaped by her personal characteristics, beliefs and practices that reflect her cultural context. In the western culture, the autonomy development related to the family is a major issue in adolescence. Despite of social transformations, the family continues to play an essential role in the individual formation with its caring, support and affection mission. In the family context, parents communicate their attitude towards their children through the parental style, fostering an emotional climate in which their parental practices are expressed. Studies dedicated to the parent-children relationship highlight the importance of the father for the family dynamic and emotional climate and suggest that the gender of the parent may influence the way he relates to his daughter. Therefore, the aim of this study unfolds on two moments. The first one is to promote a reflection based on a literature review covering this topic. The second is to investigate the relationship between the perceived paternal parenting style and the teenage daughter's autonomy development. Hence a quantitative method was applied and scales of autonomy, interdependence, relational-autonomy and parental styles were used. Fifty female adolescents took part in the research. They were between the ages of 14-16, from intact families and resided in Rio de Janeiro. The results show a relationship between the autonomy and the perceived paternal parenting style. The more the adolescents perceived their parents as authoritative, higher were their scores in relational-autonomy and lower in autonomy. As a whole, the adolescents in this research showed a tendency toward relational-autonomy and perceiving their fathers with an authoritative parental style. Based on these results, we conclude that the way adolescents perceived their fathers will be related to how they develop their autonomy, indicating the importance for more research investigating the father-daughter relationship in adolescence in a Brazilian context.

Keyword: Autonomy. Adolescence. Gender. Parental Style

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1	Dados Sociodemográficos	65
Gráfico 1	Escores de Autonomia, Interdependência e Autonomia Relacionada	74
Gráfico 2	Escores do Estilo Parental Paterno	76
Gráfico 3	Escore de estilo parental percebido e escore de autonomia/ interdependência e autonomia-relacionada	78
Gráfico 4	Escore de estilo parental percebido e as décadas de nascimento dos pais	81

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	A AUTONOMIA ADOLESCENTE E O ESTILO PARENTAL PATERNO	15
1.1	A autonomia e o contexto cultural	16
1.2	A autonomia e a adolescência	24
1.3	O adolescente e a família: a relação pai-filha e o estilo parental paterno	43
2	MÉTODO	65
2.1	Participantes	65
2.2	Os cuidados éticos	65
2.3	Instrumentos	66
2.4	Procedimentos da coleta	70
2.5	Procedimentos de análise	71
3	RESULTADOS E DISCUSSÃO	73
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
	REFERÊNCIAS	85
	ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	99
	ANEXO B – Inventário de dados sociodemográficos	100
	ANEXO C – Inventário de Autonomia e Interdependência	101
	ANEXO D – Questionário do Estilo Parental	102

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é fruto de um processo que teve origem em meu interesse em aprimorar minha formação e dar prosseguimento a uma investigação desenvolvida a partir da clínica com famílias, no SPA da PUC-Rio, quando então cursava a Pós-Graduação (*Lato Sensu*) em Terapia de Família e Casal do Departamento de Psicologia. Desde então, tenho refletido sobre a adolescência e, em especial, sobre uma das tarefas relacionada a este período: o desenvolvimento da autonomia, considerando a importância do relacionamento pais-filhos. Pude constatar, porém, a escassez de trabalhos nesta área, devido à dificuldade na elaboração de uma pesquisa sistematizada com artigos sobre o tema, em bases de dados que descrevessem a realidade brasileira. Em 2011, a partir da minha participação como voluntária no grupo de Pesquisa Interação Social e Desenvolvimento, coordenado pela professora Maria Lucia Seidl-de-Moura, e na pesquisa *Autonomia vs Autoridade Parental: a construção da identidade no final da adolescência para a vida adulta*, conduzida pela professora Edna Lúcia Tinoco Ponciano (Ponciano, 2012), participando das reflexões e discussões teóricas durante as reuniões de pesquisa, surge o interesse de pesquisar sobre o gênero. Mais precisamente, sobre a filha adolescente e o desenvolvimento da sua autonomia, como também, a sua percepção do estilo parental paterno, que influencia ou não este processo. Por conseguinte, deparei-me com as seguintes questões: há alguma influência do estilo parental paterno percebido sobre o desenvolvimento da autonomia adolescente?; Em caso afirmativo, que influência seria esta? Desta forma, procurei o mestrado visando ampliar e aprofundar o estudo sobre o desenvolvimento da autonomia em adolescentes do gênero feminino e o relacionamento pai-filha. Esta dissertação enfoca o contexto brasileiro, especificamente o da cidade do Rio de Janeiro. Desta maneira, pretendo

contribuir refletindo sobre as questões relativas à trajetória do desenvolvimento da autonomia na adolescência e a relevância da relação pai-filha neste processo, a partir da percepção da adolescente. Como estudiosos da área já apontaram (Ponciano & Seidl-de-Moura, 2011), delimitar o perfil dos sujeitos e seu contexto cultural pode indicar uma trajetória de desenvolvimento que não é, necessariamente, universal.

A adolescência é uma época na qual o sujeito vivencia várias transformações em diversas esferas e níveis de sua vida. Estas mudanças vão desde aspectos físicos, com a chegada da puberdade, até o lidar com o despertar da sua sexualidade e, em alguns cenários, o planejamento para a escolha profissional. Por esta razão, a autonomia é um conceito enfatizado neste momento do ciclo da vida. Porém, dependendo do contexto cultural, diferentes formas e graus da autonomia serão vivenciados pelo adolescente em diferentes domínios de sua vida.

Para Perry e Pauletti (2011) o gênero é um dos aspectos que pode influenciar a maneira que adolescentes vivem os desafios característicos desta fase. Segundo os autores, a diferença de gênero pode ser observada em diversos aspectos da vida do adolescente como nos seus interesses, nas suas habilidades, no seu autoconceito e nos seus relacionamentos sociais. Embora aspectos como a personalidade, temperamento e o ambiente ecológico e cultural estejam presentes mediando estas diferenças, a infância já apresenta indícios que as diferenças entre os sexos vão além das características físicas. As meninas, em suas brincadeiras, tendem a fantasiar sobre a família e os papéis sociais recíprocos com uma inclinação a se relacionar mais em pares, de uma para uma. Se durante a infância as diferenças na forma de brincar e de interagir com os iguais geram um distanciamento entre meninas e meninos, com a chegada da pré-adolescência, a atração romântica e sexual faz com que esta segregação diminua. Ao longo do desenvolvimento, as distinções persistem em outros domínios, como por exemplo, na

expressão das emoções, na resposta ao estresse e no relacionamento interpessoal (Lippa, 2005).

As novas configurações familiares refletem as transformações sociais que ocorrem na atualidade. Apesar disso, a família continua a ter um papel de destaque na formação do indivíduo, tendo as atribuições de proteção, de apoio, de acolhimento e de afeto. É por meio das práticas e dos estilos parentais que os valores e crenças culturais são transmitidos. As pesquisas voltadas para as relações e interações familiares, tradicionalmente, dão ênfase a díade mãe-filho. No entanto, nos últimos anos, a responsabilidade e influência do pai ao longo da trajetória de desenvolvimento dos filhos vêm sendo, cada vez mais, foco constante dos estudos (McKinney & Renk, 2008; von Klitzing, 2011).

Neste trabalho, o desenvolvimento de meninas adolescentes é focalizado, em especial a construção de sua autonomia e o papel de sua percepção do estilo de cuidado de seu pai. A autonomia é um conceito cercado por divergências e controvérsias. Embora os debates sejam uma indicação da vitalidade do tema para o campo de estudo da psicologia e, em especial do desenvolvimento, a complexidade do construto demanda do pesquisador um cuidado na compreensão das diversas propostas teóricas, que em alguns aspectos, também podem ser semelhantes e convergentes. De uma forma geral, a autonomia é compreendida como um conceito multidimensional, e, normalmente, é concebido como a capacidade de uma pessoa tomar decisões e estar apta para controlar importantes áreas de sua vida (Goossens, 2008). Apesar de estar presente em toda a trajetória de desenvolvimento do indivíduo, é na adolescência que o tema é mais explorado e pesquisado.

Esta dissertação é dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma discussão teórica a partir de quatro eixos temáticos: a autonomia, a adolescência, o

gênero e a relação pai-filha, com ênfase no estilo parental paterno. Neste capítulo é explicitada uma lacuna da literatura e os objetivos e hipóteses de um estudo empírico. O método da referida pesquisa constitui o segundo capítulo. O estudo empírico realizado é quantitativo e nele investigo a autonomia da adolescente carioca e sua percepção do estilo parental paterno e a possível relação entre os dois. O capítulo apresenta uma descrição do método utilizado. Os resultados obtidos são discutidos e analisados no terceiro capítulo, onde discorro sobre as peculiaridades do contexto carioca. As considerações finais são delineadas no quarto capítulo, em que são apresentadas as limitações do estudo, as implicações de seu resultado e as sugestões para futuras investigações, configurando um fechamento para esta dissertação.

1 A AUTONOMIA ADOLESCENTE E O ESTILO PARENTAL PATERNO

A palavra autonomia está presente no discurso cotidiano das pessoas, que dizem-se autônomas, ou querem ser autônomas, querem ter mais autonomia etc. A partir da revisão da literatura, percebemos que o seu uso comum parece consistente com a definição que se encontra em dicionários. A palavra tem origem grega (*autos* = a si mesmo + *nomos* = lei), que significa autogoverno (*The Oxford American Dictionary*, 1999). O dicionário Houaiss (2009) define a autonomia como: 1. Capacidade de governar-se pelos próprios meios; 1.2 direito de um indivíduo de tomar decisões livremente; independência moral e intelectual. Desta maneira, a palavra autogoverno é definida como uma capacidade de agência que, por sua vez, compreende duas esferas: a cognitiva (intelectual e tomada de decisões) e a moral, e aparece, ainda, como um sinônimo de independência. Estas definições da palavra refletem uma tradição na literatura psicológica e no senso comum em culturas ocidentais de associar o conceito autonomia à independência e separação, principalmente das figuras parentais, talvez por influência de perspectivas psicanalíticas. (Steinberg & Silverberg, 1986).

A autonomia desenvolve-se paralelamente ao surgimento de novas habilidades e competências que são adquiridas pelo indivíduo ao longo de sua ontogênese. Sofrendo influências culturais e de modelos familiares, esse é um processo dinâmico que tem origem ainda na primeira infância (Seidl-de-Moura *et al*, 2004, 2009). Seu estudo não é novo dentro do campo de pesquisa da psicologia, mas persiste uma pluralidade de interpretações e a dificuldade de um consenso quanto a sua definição, o que em parte, se deve a sua complexidade. Caracterizar alguém como mais ou menos autônomo depende, assim, da maneira ou a forma que se compreende o construto (Zimmer-Gembeck & Collins, 2003).

Independentemente da variedade de definições e abordagens relativas à autonomia, estudiosos da psicologia do desenvolvimento (Goossens, 2008) como da psicologia da família (Wagner & col., 2011) e da psicologia clínica de visão sistêmica (Carter & McGoldrick, 1995) defendem a importância da família, em especial, a relação pais-filhos em seu desenvolvimento, em específico, no período da adolescência,

A autonomia na adolescência é vivida no espaço familiar e nas relações que se estabelecem entre seus membros. As expectativas socioculturais quanto ao gênero (Rogoff, 2003) estão presentes nestas relações e delineiam suas trajetórias.

O objetivo deste capítulo é tratar do desenvolvimento da autonomia na adolescência, a partir da relação pais-filhos, levando em consideração o papel do gênero e do contexto cultural. Desta maneira, ele se divide em três partes. Na primeira parte, discutimos o conceito da autonomia a partir de três perspectivas teóricas e exploramos a importância do contexto cultural. Na segunda parte nos dedicamos a discussão da autonomia na adolescência, suas vicissitudes e a particularidades do gênero. Já na terceira parte, tratamos do adolescente no contexto familiar, destacando a relação pai-filha.

1.1 A autonomia e o contexto cultural

A compreensão da autonomia como uma necessidade básica e universal é defendida por teóricos como Kagitçibasi (1996, 2005, 2007, 2012, 2013) e Keller (2000, 2012, 2013) com base em uma perspectiva transcultural. Para as autoras, tanto a autonomia quanto a necessidade de relação (*relatedness*) estão presentes nas trajetórias de desenvolvimento do *self* do indivíduo e não se caracterizam como uma antítese.

Kagitçibasi (1996, 2005, 2007) descreve a autonomia e a relação como envolvendo duas dimensões que chama de agência e distância interpessoal,

respectivamente. Ambas são subjacentes à compreensão da trajetória de desenvolvimento do *self*. A dimensão da agência é representada por um eixo que vai da autonomia à heteronomia e a dimensão chamada de distância interpessoal vai da separação à relação. A relação está associada à comunhão e ao grau de sentir-se próximo a outros.

A autonomia representa a capacidade de autogoverno e de agência volitiva e equivale à dimensão agência (Kagitçibasi, 2013). A auto-organização, é fruto de circunstâncias externas e internas, resulta na orientação de um comportamento motivado, e, desta forma, é uma forma de autodeterminação (Deci & Ryan, 2000; Kagitçibasi, 2013). Em contraste, a heteronomia está relacionada à regulação que vem de fora, em ser governado pelos outros.

A intercessão destes dois eixos leva a quatro possíveis combinações de *self*: autônomo-separado, autônomo-relacionado, heterônomo-relacionado e heterônomo-separado. Para Kagitçibasi (2013), tanto a combinação autônomo-separado, quanto heterônomo-relacionado faltam ao não atenderem as necessidades básicas da relação e da autonomia, satisfazendo apenas uma delas. Já o *self* heretônomo-separado não satisfaz nenhuma das necessidades, podendo refletir um estado patológico. O *self* autônomo-relacionado caracteriza uma síntese ótima que satisfaz ambas as necessidades básicas (Kagitçibasi, 1996, 2013). Pode até, segundo a autora, ser uma meta na promoção de desenvolvimento saudável, independentemente da cultura.

Mesmo sendo a autonomia considerada uma necessidade básica, o contexto sociocultural regula e norteia o seu valor e o grau de desenvolvimento (Kagitçibasi, 2005). A família é a mediadora entre o contexto sociocultural e o desenvolvimento da autonomia. Kagitçibasi (2007) propõe uma teoria geral de mudança na família que compreende o desenvolvimento da família e o desenvolvimento do *self* a partir de três

níveis. O primeiro nível engloba a orientação cultural (coletivismo/individualismo) e as condições de vida (rural/urbana). Estes aspectos socioecológicos e culturais promovem uma determinada configuração familiar (nuclear/extensa; quantidade de filhos) que caracteriza o segundo nível. O terceiro nível, os sistemas familiares, é influenciado pelos dois primeiros níveis e composto pelas práticas e valores da socialização parental e o desenvolvimento do *self* dos filhos (Mayer, Trommsdorff, Kagitçibasi & Mishra, 2012).

A teoria de mudança da família identifica três modelos com diferentes padrões de interações familiares que surgem em contextos sociais diferenciados e que promovem diferentes trajetórias de desenvolvimento do *self* (Kagitçibasi, 1996, 2007). O modelo de interdependência, o de independência e o de interdependência psicológica (emocional). Segundo Kagitçibasi, o modelo de interdependência é dominante em sociedades rurais com uma baixa renda, como também, em contextos urbanos com um baixo nível socioeconômico em que a interdependência intergeracional é necessária para a sobrevivência familiar. A autonomia e a independência do filho podem ser interpretadas como uma ameaça, o filho tem um valor emocional, mas também, utilitário e representa um ativo que garantirá a segurança para a velhice dos pais. O modelo independente reflete uma sociedade ocidental, industrial e urbana de classe média. Nos moldes de uma cultura da separação, em que tanto o investimento financeiro quanto o emocional estão voltados para os filhos, e não para os membros mais idosos, a autonomia pessoal e o sentimento de singularidade são valorizados com base em uma ideologia individualista. Há um valor emocional em relação ao filho e as metas de socialização dos pais estão voltadas para o desenvolvimento de um sentimento de autovalorização e a qualidade de ser único. O terceiro modelo é característico de áreas urbanas em países em desenvolvimento que apresentam um crescimento

socioeconômico, mas mantêm a cultura relacional de aproximação familiar. A autonomia é valorizada, pois a capacidade de tomar decisões individualmente é importante para o mercado de trabalho, embora as metas de socialização parentais continuem a reforçar a lealdade à família, a interdependência emocional.

Keller (2000, 2012) compreende que, dependendo do contexto cultural específico, e não de países ou sociedades, a autonomia manifesta-se em diferentes formas: autonomia psicológica, autonomia de ação e autonomia psicológica comunal. Caracteriza como autonomia psicológica o processo mental de autoconscientização e autorreflexão que um indivíduo desenvolve acerca de seus próprios desejos e intenções (ênfase principalmente no controle individual do seu mundo interno). Esta definição se assemelha ao que normalmente na literatura é entendido como agência e autonomia (Keller & Kärtner, 2013).

À capacidade que o indivíduo possui de autorregulação para a realização de tarefas comportamentais complexas como o planejamento e execução de metas, no que diz respeito ao cumprimento de responsabilidades e obrigação, chama de autonomia da ação. Neste modo de autonomia (ação), a representação mental dos estados internos tem um papel menor, pois o foco está sobre o funcionamento e o bem-estar do grupo social (Keller & Kärtner, 2013). A autonomia psicológica comunal como próprio nome diz, agrega um sentido comunal para a autonomia psicológica, ou seja, os comportamentos são resultado de decisões com base em uma motivação intrínseca, os valores que são compreendidos como internos, que por sua vez, estão fundidos aos valores do sistema social, principalmente a família, e não são vistos como uma imposição externa (Keller, 2012).

A relação (*relatedness*) também é considerada como uma necessidade universal por Keller, e, segundo ela, pode assumir diferentes formas. As variações estão de acordo

com o contexto cultural, ecológico e sociodemográfico em questão. As relações são denominadas de relação psicológica e relação hierárquica (Keller & Kärtner, 2013). A relação psicológica é entendida pelo modo da separação, ou seja, as relações que os indivíduos estabelecem com o social são interpretadas e reguladas a partir da ótica do que melhor satisfaz as demandas da autonomia individual. A relação hierárquica está associada à importância do grupo e da necessidade de se cumprir o papel que lhe é atribuído. As relações são hierárquicas e não há espaço para os desejos e aspirações individuais e a cooperação é mandatória. As relações psicológicas comunitárias se distinguem das relações hierárquicas por não terem o caráter obrigatório e incontestável das últimas. Estas formas de autonomia e relação resultam de diferentes modos de socialização e interações que os indivíduos vivenciam, ao longo de sua ontogênese, em seus cotidianos (Keller, 2012).

A autonomia psicológica e a de ação e as relações psicológica e hierárquica surgem como respostas adaptativas em dois modelos culturais prototípicos básicos: o ocidental urbano e o rural, respectivamente. O primeiro modelo, característico de famílias urbanas de classe-média e o segundo famílias cujo meio de subsistência é a agricultura. Com o entendimento de que o nível da educação formal do indivíduo influencia sua história reprodutiva e está relacionado a culturas e práticas, Keller (2012) propõe que, nos contextos em que os indivíduos têm um maior nível de educação formal (as famílias de classe-média ocidentais), há uma tendência a uma maior valorização das representações mentais e dos estados internos, sendo o indivíduo o foco das famílias ocidentais, este tipo de arranjo é o contexto onde se desenvolve a autonomia psicológica e a relação psicológica. Já no contexto em que o indivíduo apresenta um baixo nível de educação formal, o enfoque está sobre as responsabilidades sociais. No modelo rural, a cooperação por parte dos membros da família é inquestionável, espera-se que todos

participem e contribuam para o bom funcionamento familiar. A autonomia de ação e a relação hierárquica são respostas adaptativas que representam os valores culturais desta configuração (Keller, 2012).

Além dos modelos prototípicos básicos, ocidental e rural, há uma terceira possibilidade de configuração que Keller (2012) chama de híbrido. O modelo cultural híbrido é caracterizado pela síntese dos dois modelos mencionados anteriormente. Famílias de classe-média em áreas urbanas que não ocidentais compõem a configuração híbrida. A peculiaridade deste arranjo caracteriza-se pela ênfase nas representações mentais, como também, pela importância da família como uma unidade social. O conhecimento formal é visto como uma ferramenta de mudança e uma possibilidade para a melhoria econômica, no entanto, sem comprometer os valores familiares e da autoridade parental. As famílias de classe-média, urbanas e não ocidentais irão nutrir a ideia da autonomia, mas não em detrimento dos valores familiares e da autoridade dos pais, compreendendo a autonomia como uma necessidade psicológica, mas secundária aos relacionamentos (Stewart, Zaman & Dar, 2006). Estudos realizados, em diferentes cidades do Brasil, acerca das crenças e dos modelos maternos de parentalidade, também confirmam esta tendência no contexto cultural brasileiro (Seidl-de-Moura *et al*, 2009; Vieira, Seidl-de-Moura, Macarini *et al*, 2010, Seidl-de-Moura, Carvalho & Vieira, 2013). Os modos de autonomia psicológica comunal e de relação psicológica comunal são característicos deste modelo. A combinação entre as dimensões individuais e comunais podem promover diferentes arranjos e levar a diferentes trajetórias de desenvolvimento (Keller & Kärtner, 2013). Como ressalta Keller (2012), os contextos prototípicos representam diferentes ambientes socioculturais com perspectivas diferenciadas acerca da autonomia e da relação.

O desenvolvimento da autonomia é também alvo da teoria da autodeterminação (*Self-determination theory - STD*). A proposta principal desta teoria é explicar os processos psicológicos que promovem saúde e bem-estar. A autonomia, a competência e a relação são consideradas necessidades inatas e universais que precisam ser satisfeitas para que o indivíduo usufrua de um bem-estar e de um crescimento psicológico saudável, independentemente do contexto cultural (Chirkov, Ryan, Kim & Kaplan, 2003). De acordo com a teoria da autodeterminação, a pessoa é autônoma quando seus interesses, desejos e valores são expressos por ações pelas quais a pessoa se responsabiliza e endossa. Mesmo em uma cultura coletivista, se os valores e normas culturais são completamente internalizados e integrados ao *self*, quando a pessoa age de acordo com estas normas, ela também pode vivenciar a autonomia (Deci & Ryan, 2000; Ryan & Deci, 2006).

Segundo essa teoria, para cada ação intencional que a pessoa realiza existe uma motivação que pode ser extrínseca ou intrínseca. A motivação intrínseca reflete a tendência humana em aprender e assimilar. É definida como a forma mais autônoma de uma ação, em que o sujeito dedica-se a uma atividade pelo prazer que tal atividade lhe proporciona, e não por interesse em recompensas ou para evitar punições que possam resultar de sua ação (Ryan & Deci, 2000).

A motivação extrínseca, por outro lado, leva o sujeito a uma ação com o foco nos resultados, ao valor instrumental de seu comportamento. A STD compreende que a motivação extrínseca pode variar em relação ao grau da autonomia, ou seja, o quanto uma norma ou regulação externa foi internalizada e integrada pelo sujeito tornando-se sua.

A regulação de um comportamento segue um continuum com diferentes possibilidades para a motivação (Ryan & Deci, 2000, 2006). A forma mais heterônoma

de uma motivação é chamada de regulação externa. Nela, a ação é realizada com a intenção de satisfazer uma demanda externa. Em seguida, a regulação introjetada apresenta uma forma parcial de assimilação das regulações externas, a pressão é interna, a ação ocorre para aliviar a culpa ou ansiedade, mas também, está associada com a aprovação ou reprovação de terceiros. A regulação identificada é uma forma mais autônoma de regulação, a pessoa de forma consciente reconhece o valor ou importância de uma norma e aceita como sua. A regulação integrada é a forma mais autônoma da motivação externa, a partir de uma internalização e integração total das normas e dos valores externos, estes são incorporados ao *self* e harmonizados com outros valores e crenças pessoais. Essa regulação leva a comportamentos autodeterminados, ou seja, autônomos (Deci & Ryan, 2000).

A compreensão da autonomia beneficia-se desses três modelos teóricos. Para a teoria da autodeterminação é por meio da regulação autônoma que os indivíduos agem de acordo com suas vontades e capacidades, de maneira que o seu comportamento seja coerente com seu objetivo, o que levará a uma trajetória de desenvolvimento saudável. A motivação é um conceito chave para a teoria da autodeterminação (Deci & Ryan, 2000) e vai determinar a direção da ação. O que esses modelos teóricos têm em comum é a compreensão de que a autonomia é uma necessidade básica inata e universal, que se expressa de acordo com o meio ambiente cultural, e que requer um senso de agência. Kagitçibasi (2012) considera a autonomia como um guarda-chuva conceitual, ou seja, a autonomia abrange aspectos cognitivos e comportamentais, a agência volitiva e a capacidade para agir por si próprio (eficácia motivada) e defende que variações entre o grau de autonomia a partir de um eixo presente na dimensão Agência. Para Kagitçibasi (2007) a família desempenha um importante papel na vivência desta autonomia. Em contraste, Keller (2012) propõe uma perspectiva bidimensional tanto para a autonomia

quanto para a relação, quando aponta para as possíveis formas que a ambas podem assumir dependendo do contexto cultural. A proposta do modelo híbrido de Keller (2012) se aproxima da síntese da autonomia-relacionada defendida por Kagitçibasi (1996) e ambas descrevem a trajetória característica do que Kagitçibasi (2007) chama de a maioria do mundo. A teoria da autodeterminação (Deci & Ryan, 2000) se assemelha em alguns aspectos às propostas teóricas de Kagitçibasi (2005) e Keller (2012) quanto aos aspectos da autonomia e da relação. No entanto, a teoria da autodeterminação dá ênfase ao plano individual da experiência da autonomia, enquanto que as autoras Keller e Kagitçibasi, embora tratem da autonomia individual a partir do desenvolvimento do *self*, o fazem com base em uma visão macro. Os autores citados não se detêm exclusivamente na descrição do desenvolvimento da autonomia, e de sua vivência na adolescência. Tratam deste conceito a partir das possíveis trajetórias de desenvolvimento do *self*, de sua dinâmica com a relação (*relatedness*) e a capacidade (teoria da autodeterminação), em diferentes contextos culturais. No entanto, essas proposições teóricas serão utilizadas como base para a reflexão e discussão a que este trabalho se propõe, por acreditarmos que tratam das questões chave que vêm sendo abordadas na literatura.

1.2 A autonomia e a adolescência

A adolescência é um período de muitas descobertas, experiências e aquisições. Época de prazer e desafios, em que o sujeito começa, com a crescente capacidade para o raciocínio lógico e abstrato, a desenvolver uma visão de mundo que, provavelmente, o acompanhará ao longo de sua vida, e que norteará o seu modo de ser neste mundo. Para muitos estudiosos da Psicologia do Desenvolvimento, a adolescência caracteriza-se como uma fase do desenvolvimento da ontogênese, não havendo muitas divergências

quanto à compreensão deste conceito (Coleman, 2011; Jackson & Goosens, 2008; Petersen, 1988). Entretanto, alguns teóricos discordam de que se atribua à adolescência um caráter universal e natural, pois a consideram como tendo uma natureza histórica, produto de contingências culturais e sociais (Grossman, 2010; Klein, 1990; Ozella, 2002). Porém, entende-se que para se contemplar este fenômeno, com todas as suas peculiaridades e complexidades, é fundamental adotar uma abordagem de desenvolvimento biológico-cultural (Bussab & Ribeiro, 1998; Seidl-de-Moura *et al*, 2008; Vieira, Seidl-de-Moura, Lordelo *et al*, 2010), entendendo que existem algumas características universais, fruto de nossa biologia, mas que todo adolescente vive em um dado contexto histórico e cultural.

Geary e Bjorklund (2000), tratando dos estágios da história de vida humana, a partir de uma perspectiva evolucionista do desenvolvimento, descrevem a juventude (*juvenility*) e a adolescência como duas fases entre a infância e a adultez. Segundo os autores, a *juvenility*, que incluiria a puberdade, é um período entre a infância e a maturidade sexual e a independência social, comum aos mamíferos sociais, é marcada por brincadeiras de cunho social. Nos humanos, em sociedades de caçadores-coletores, é uma fase que vai dos sete anos aos meados da adolescência e tal como ocorre com outros mamíferos é uma época das brincadeiras sociais e um momento que a dependência parental diminui e a influência dos pares aumenta. Já a adolescência não existe nos primatas não humanos. Nos humanos, o estirão do crescimento é uma das características advindas do desenvolvimento físico vivenciado neste período. É a época para se explorar papéis sociais e sexuais, como também, aprimorar as estratégias sociais relacionadas à reprodução (ex. a competição por parceiros). Nas sociedades industrializadas esta fase tem se estendido e isso se deve em parte ao aumento da

escolaridade, o que acarretou em uma dependência prolongada dos adolescentes em relação aos seus pais.

O início da adolescência vai ser determinado pelas mudanças físicas da puberdade e a entrada para a vida adulta marca o seu término. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência compreende a faixa etária entre 10 e 19 anos. Para a *Society for Research on Adolescence (SRA)*, ela começaria aos 10 anos terminando aos 22 anos e pela Organização das Nações Unidas (ONU) estaria entre 15 e 24 anos. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - lei nº 8.069, de 13 de Junho de 1990) determina como sendo adolescente o indivíduo entre os 12 e 18 anos. Percebe-se, assim, que há uma flexibilidade considerável quanto ao estabelecimento de uma faixa etária para demarcar este período. De qualquer modo, para alguns autores, há indicações de que este período está se estendendo, pelo menos no mundo ocidental, industrializado, configurando o que os estudiosos chamam de *adulthood emergente - emerging adulthood*, compreendida entre os 18 e 25 anos é uma fase caracterizada pela experimentação e exploração da identidade e é distinta da adolescência (Arnett, 2000; Jackson & Goossens, 2008).

Micucci (1998) em uma perspectiva teórica e clínica compreende a adolescência entre as idades de 11 e 19 anos e dividida em três fases gerais: inicial, intermediária e final. Cada fase é acompanhada por tarefas específicas. Na adolescência inicial, cujo período vai dos 11 aos 13 anos, o indivíduo depara-se com algumas questões que dizem respeito ao ajuste às mudanças da puberdade, à instrumentalização de novas capacidades cognitivas, de achar um lugar entre os seus iguais e aprender a lidar com as expectativas relacionadas ao gênero. O período que vai dos 14 aos 16 anos é chamado de adolescência intermediária e, neste momento, o adolescente vai lidar com a sua sexualidade, estar diante de decisões morais, vivenciar o incremento de novos

relacionamentos com seus iguais e balancear a autonomia com a responsabilidade. A adolescência final, compreendida entre os 17 e 19 anos, é caracterizada pela consolidação da identidade, tal como a vivência de uma relação de intimidade. Como retrata uma realidade da cultura norte americana, Micucci (1998) apresenta a saída de casa, com a entrada na universidade, como um dos desafios finais deste período.

A puberdade e as diferenças morfológicas decorrentes do surgimento dos caracteres secundários reforçam as diferenças de gênero. Estas diferenças, por sua vez, estão presentes já na infância e podem variar de acordo com o contexto. Na maioria dos grupos, os papéis de gênero, até recentemente, estava ligado aos papéis biológicos da mulher como mãe e do homem como pai. O desenvolvimento do papel de gênero pode ser compreendido como um processo de preparação para o desempenho dos papéis adultos, que tem início ainda na infância. Com a entrada na puberdade, o desenvolvimento do papel de gênero atinge um novo patamar e, em muitos contextos culturais, é um período marcado por ritos de iniciação que quando relacionados às meninas apresenta um aspecto simbólico ligado à fertilidade (Rogoff, 2003). A puberdade é um processo de profundas transformações físicas e hormonais que levará a um amadurecimento sexual. Nas meninas, o desenvolvimento das mamas, a experiência da menarca, e o aumento dos quadris formam um novo corpo com características de mulher, e, como consequência, suscita novas sensações e sentimentos que podem ser positivos ou negativos, como estranhamento, inadequação, ou ainda, contentamento e curiosidade (Archibald, Graber & Brooks-Gunn, 2006). É neste momento, com o início da puberdade, que as diferenças biológicas entre os sexos se acentuam e, com isso, as demandas e expectativas socioculturais diferenciadas mostram-se mais marcantes na adolescência.

No Ocidente, a adolescência é associada, muitas vezes, a um período de rebeldia, confusões e grandes crises existenciais. A compreensão da adolescência como um período de tempestade e estresse é atribuída a Stanley Hall, precursor no campo da Psicologia, do estudo da Adolescência. Para Hall (segundo Arnett, 2006; Coll, Marchesi, & Palacios 2004), a adolescência é caracterizada como uma fase de conflitos, em que de um lado existem os impulsos do adolescente, seus idealismos e suas paixões e de outro as exigências da sociedade. Apresentando uma visão semelhante à perspectiva psicanalítica, encontrada em Freud e Anna Freud, entende que na puberdade ocorre o incremento dos impulsos sexuais, a reconfiguração do complexo de Édipo e a escolha objetal. Este aumento da vida instintual levaria a uma perturbação do equilíbrio psíquico, adquirido ao final da infância (Coll, Marchesi, & Palacios 2004).

Esta compreensão da adolescência como sinônimo de problema, além de ser própria de uma parte restrita da humanidade, que alguns autores sintetizaram na sigla *Weird* – (*Western, educated, industrialized, rich, and democratic*) sociedades ocidentais, com alto nível de escolaridade, industrializadas, ricas e democráticas (Henrich, Heine & Norenzayan 2010), não leva em conta o que Kagitçibasi (2007) denomina como “a maioria do mundo”, começando a ser questionada a partir das décadas de 1960 e de 1970. Nesta época, estudos empíricos trazem evidências de que a maioria dos adolescentes apresenta uma boa relação com seus pais e que lida bem com as mudanças e os desafios desta fase. Apesar destes achados, ainda existe uma forte crença de que a adolescência é um período indesejável para a maioria dos familiares (Coleman, 1978, 2011).

Janet Belsky (2010), no entanto, relata que resultados de pesquisas revelam que muitos dos aspectos da tempestade e estresse, defendidos por uma perspectiva clássica da adolescência, são verdadeiros. Para ela, os adolescentes são suscetíveis à influência

de seus pares, apresentam o comportamento impulsivo e com tendências a correr riscos. São emocionalmente mais intensos do que os adultos, embora a maioria seja alegre, otimista e não apresente perturbações emocionais.

Recentes descobertas na área das neurociências, diferentemente do que se acreditava até ao final do século XX, revelaram que o comportamento adolescente não tem base somente hormonal. Com os avanços tecnológicos do final do século XX e início do século XXI surgiram instrumentos como a ressonância magnética (MRI) e a ressonância magnética funcional (fMRI) que possibilitaram a observação de diferentes regiões do cérebro em atividade sem a intervenção cirúrgica. Desta maneira, passou-se a ter uma maior compreensão do funcionamento e desenvolvimento deste órgão. Na adolescência, o cérebro ainda não está completamente desenvolvido, e passa por etapas de reorganização e remodelagem incluindo alterações na estrutura e na função cerebral. Segundo Herculano-Houzel (2005), o córtex pré-frontal, área relacionada ao planejamento de ações, tomada de decisões e moderação do comportamento social, ainda se encontra imaturo neste período.

Estudos voltados para a investigação do cérebro adolescente e sua capacidade de controle cognitivo e tomada de decisão (Luna, Paulsen, Padmanabhan & Geier, 2013; Silveri *et al*, 2013) apontam que, embora os adolescentes possam exercer um controle sobre o seu comportamento tal como os adultos o fazem, há uma limitação quanto a consistência destas respostas, já que o circuito cerebral responsável pelo apoio ao controle inibitório cognitivo ainda está em desenvolvimento. Confirmando, assim, a tendência do adolescente a um comportamento impulsivo, com tomadas de decisões muitas vezes não ideais, que poderiam levar a um comportamento de risco.

O interesse na adolescência é característico da contemporaneidade e nas últimas décadas tem-se observado uma crescente atenção a este grupo, por diversos públicos,

como educadores, profissionais de saúde e a mídia. A população adolescente é marcada pela heterogeneidade, estando relacionadas a ela diferenças condicionadas pela classe social, família de origem, raça e sexo (Abramovay & Castro, 2006).

Um florescimento dos estudos voltados para o universo adolescente marca o final do século XX. De acordo com Furstenberg (2000), a pesquisa em adolescência se desenvolveu em vários campos, em especial na sociologia e na psicologia do desenvolvimento. No entanto, como sugere o autor, observando a trajetória de estudos na área, podemos detectar uma continuidade nos temas que já surgiam nos inícios da primeira metade do século XX, como o desenvolvimento da autonomia, a relação entre pais e filhos, a relação entre o adolescente e seus pares e a ênfase dada aos aspectos problemáticos da adolescência. Os avanços observados na década de 90 dizem respeito às ampliações das discussões destes tópicos com a inclusão das diferenças culturais, de classes sociais e de gênero. Treze anos após a publicação da revisão realizada por Furstenberg (2000), compreendemos que os temas persistem e continuam atuais.

Uma das questões muito discutida em relação à adolescência é o desenvolvimento da autonomia e a sua estreita relação com o subsistema pais-filhos. Como já discutimos acima, a capacidade para autonomia é uma das características básicas de desenvolvimento da nossa espécie. Por vezes, foi compreendida como meta do desenvolvimento psicológico saudável, com o ser autônomo sendo considerado sinônimo de separado e independente. Como tratado no item anterior, Kagitçibasi (2007) sugere que essa não é a única meta ou característica de desenvolvimento desejável e que precisa ser articulada com nossa necessidade de proximidade e relação com os outros. O equilíbrio na valorização da autonomia ou da relação depende de características do contexto cultural em que vivem as famílias.

Nos últimos anos, o conceito de autonomia, nesta fase do ciclo de vida, foi definido nas mais diferentes formas: como uma tarefa a ser cumprida (Carter & McGoldrick, 2001; Noom, Dekovic & Meeus, 2001) uma meta a ser alcançada (Reichert & Wagner, 2007b), uma ação autodeterminada (Deci & Ryan, 2000) e uma necessidade psicológica básica (Kagitçibasi, 2013; Keller, 2012) que deve ser satisfeita para um desenvolvimento psicossocial saudável.

Também observamos que nas últimas décadas, o desenvolvimento da autonomia foi pensado de várias maneiras, mas, basicamente, a partir de duas principais perspectivas: psicodinâmica e cognitiva. Estas abordagens assinalam diferentes aspectos da autonomia. Na perspectiva psicodinâmica, orientada por uma visão ocidental e urbana e seus modelos de família, prevalecem questões relativas à separação entre pais e filhos e às transformações desta relação, passando da dinâmica hierárquica para a igualitária. Numa visão cognitivista, há um enfoque maior sobre a capacidade do adolescente em tomar decisões diante de uma lista de opções que a vida lhe apresenta, agindo de modo a realizar seus planos e metas (Beyers, Goossens, Vansant & Moors, 2003; Noom, Dekovic & Meeus, 2001).

Desta maneira, na visão cognitivista, o conceito está associado a uma perspectiva de agência, já que pode ser compreendido como a capacidade do indivíduo em fazer escolhas e tomar decisões, a partir de uma gama de alternativas que se apresentem diante dele, e, desse modo, planejar o futuro, as metas e as estratégias para alcançá-las (Spear & Kulbok, 2004). Os estudiosos do desenvolvimento (McElhaney, Porter, Thompson & Allen, 2008; McElhaney & Allen, 2001) descrevem, por sua vez, a autonomia como a habilidade do indivíduo para pensar, sentir-se capaz e seguro em tomar decisões. Estes autores acima citados acrescentam um aspecto emocional à concepção da agência ampliando a compreensão do conceito.

Retomando o que discutimos acima, os modelos teóricos propostos por Kagitçibasi (1996, 2005, 2007) e Keller (2012) se configuram como uma terceira perspectiva para a compreensão da autonomia. Em sua visão, a noção cognitiva é expandida, ou seja, a autonomia não se restringe apenas a tomada de decisões, mas se define por uma capacidade de agência permeada por uma conscientização dos desejos internos e dos fatores externos que em interação resultam em diferentes ações. Equacionando, ainda, a influência que o contexto cultural e as relações familiares exercem sobre o seu desenvolvimento.

Deste modo, podemos observar uma profusão de definições e algumas divergências neste campo de estudo. No entanto, um ponto de convergência entre os autores é o fato de que o conceito aparece sempre associado a uma adaptação psicossocial, desenvolvida na relação com o outro, sendo pais, iguais ou alguém fora do contexto familiar.

Goossens (2008) relata que estudiosos desta temática distinguem duas tipologias com três tipos de autonomia cada, que estão presentes na relação do adolescente com os pais. Uma tipologia apresenta os seguintes conceitos: autonomia comportamental, autonomia emocional e a autonomia de valor. A autonomia comportamental está relacionada à capacidade de moderação do comportamento e à tomada de decisão, expressando um funcionamento mais independente por parte do adolescente. A autonomia emocional, compreendida a partir dos conceitos psicanalíticos, representa o momento de desidealização das figuras parentais, em que os pais super-heróis da infância dão lugar aos pais humanos que podem errar, promovendo uma menor dependência e um maior controle da sua vida emocional. A autonomia de valor está ligada à capacidade do indivíduo em desenvolver o seu próprio sistema moral e de valores.

A segunda tipologia inclui: autonomia comportamental, autonomia emocional e autonomia cognitiva (Sessa & Steinberg, 1991). Tanto a autonomia comportamental, quanto a autonomia emocional possuem a mesma descrição da tipologia mencionada acima. A autonomia cognitiva está relacionada a uma ideia subjetiva de controle de sua própria vida e tem como ponto central a tomada de decisão e o julgamento do sujeito, tendo como base o seu próprio sistema de valores e não as expectativas de terceiros, o que, neste sentido, incluiria a autonomia de valor.

Noom, Dekovic e Meeus (2001) analisam o conceito de autonomia, a partir de diferentes perspectivas teóricas, identificando três dimensões. Tais dimensões são: atitudinal, emocional e funcional. Elas se desenvolvem de acordo com o contexto em que o indivíduo está inserido. A autonomia atitudinal refere-se ao processo cognitivo de pensar suas possibilidades e de fazer suas próprias escolhas. É a capacidade de optar e definir uma meta e percebê-la por meio das oportunidades e desejos. Ela é alcançada quando os adolescentes conseguem definir os seus objetivos. A autonomia emocional se refere ao processo de se tornar emocionalmente independente dos seus pais e dos seus iguais. Ela acontece quando os adolescentes sentem-se confiantes em definir suas metas, independentemente dos desejos dos pais e dos iguais. A autonomia funcional consiste no processo regulador de desenvolver estratégias para alcançar suas próprias metas. Ela se evidencia quando os adolescentes são capazes de desenvolver formas de alcançar suas metas. Observam-se algumas semelhanças entre as tipologias apresentadas por Goossens (2008) e Noom, Dekovic e Meeus (2001). Goossens, ao apresentar sua revisão de literatura insere a leitura de Noom, Dekovic e Meeus como similar às dimensões comportamental, emocional e de valor. Entendemos, no entanto, que as dimensões atitudinal e funcional se assemelhariam ao desdobramento da dimensão cognitiva, e não a da comportamental.

As três dimensões da autonomia são conceitualmente distintas e estudos nesta área tendem a focar apenas uma das dimensões em suas investigações (Furhman & Holmbeck, 1995; Tung & Dhillon, 2006; Parra & Oliva, 2009; Lee & Beckert, 2012). No entanto, compreende-se que elas se sobrepõem e não se desenvolvem independentemente (Zimmer-Gembeck & Collins, 2003).

Uma dimensão bastante discutida e investigada no campo do desenvolvimento é a da autonomia emocional. Nesta dimensão, defende-se que o adolescente precisa tornar-se independente e separado dos pais para que se sinta mais autoconfiante e competente em relação aos seus recursos internos, no momento de tomar suas decisões (Steinberg & Silverberg, 1986). Desta maneira, esta dimensão envolve dois construtos distintos, que podem ser vistos como conflitantes (Kagitçibasi, 2013). O primeiro está relacionado separação dos pais que se assemelha a um dos aspectos da distância interpessoal proposta por Kagitçibasi (1996, 2005, 2007), tópico que já foi discutido e desenvolvido acima. O segundo está relacionado ao autoregulação emocional de sentir-se mais ou menos capaz no momento da tomada de decisão. Embora a dimensão seja denominada autonomia emocional, percebemos que ela não explora o papel que as emoções podem desempenhar no processo de tomada de decisão, se restringindo apenas ao sentimento de capacidade.

A investigação sobre os efeitos da emoção quanto à tomada de decisão começou a surgir somente ao final do século XX (Loewenstein & Lerner, 2003). Segundo os autores, as emoções são fundamentais para a tomada de decisão e podem interferir de duas formas. A primeira está associada às emoções que as pessoas esperariam sentir como resultado de suas decisões. Deste modo, os indivíduos fariam escolhas que maximizassem as emoções positivas e minimizassem as negativas. E a segunda diz respeito às emoções imediatas, aquelas que são sentidas no momento da decisão. As

emoções imediatas podem influenciar o sujeito em sua decisão de uma maneira indireta e direta. A maneira direta estaria ligada ao incremento das emoções comprometendo a capacidade do sujeito em tomar uma decisão racional afetando diretamente o seu comportamento. A maneira indireta corresponderia à alteração na capacidade de percepção das probabilidades e dos resultados ao alterar a qualidade e a quantidade de sinais relevantes para a decisão. Segundo Loewenstein e Lerner (2003), a emoção afeta e influencia a tomada de decisão. Pensar a autonomia emocional adolescente em termos de autorregulação emocional consistiria em uma alternativa conceitual que compreendemos como contribuição para o enriquecimento do conceito autonomia. A autorregulação envolveria não apenas aspectos do comportamento, mas também, aspectos emocionais, passando a ser entendida, desta maneira, como um fator relevante a todo o processo de desenvolvimento da autonomia e as relações que o adolescente estabelece ao longo de sua vida.

Teóricos da psicologia, em especial do desenvolvimento e da família (Gilligan, 1993; McGoldrick, 1991) afirmam que estudos na área do desenvolvimento igualaram a maturidade com a capacidade para o pensamento autônomo e uma tomada de decisão racionalmente clara. Por outro lado, o calor, o cuidado e a preocupação com os outros, marcas da identidade feminina, foram desvalorizados na cultura ocidental individualista.

A crítica feminista recai sobre as teorias que enfatizam a autonomia e a independência, sem levar em consideração a importância que o relacionamento e conexão têm para o desenvolvimento feminino (Zimmer-Gembeck & Collins, 2003). Gilligan (1993) em seu livro: *In a different voice: Psychological theory and women's development* associa as diferenças de gênero quanto à autonomia ao que chama a “perda da voz”. Para a autora, as meninas “perderiam suas vozes” ao entrar na adolescência. A perda da voz é compreendida como uma supressão de opiniões, emoções, pensamentos e

comportamentos de um *self* com características femininas de forma a se encaixar em teorias psicológicas que tomaram os homens como representantes de todos os humanos. A autora não defende a igualdade entre os sexos, mas sim, a expansão do entendimento do desenvolvimento humano ao incluir as mulheres.

Nos últimos anos tem se observado um interesse, por parte dos estudos voltados para o desenvolvimento do adolescente, em explorar as diferenças de gênero, em especial quanto ao desenvolvimento da autonomia. No entanto, a forma como se define este conceito também pode influenciar a presença ou não de uma diferença. Chirkov, Ryan, Kim e Kaplan (2003) investigando o significado funcional da autonomia para o bem-estar, em diversos países (Coréia do Sul, Rússia, Turquia e Estados Unidos), não identificaram em nenhuma das amostras o efeito moderador do gênero quanto ao impacto da autonomia sobre o bem-estar. Segundo os autores, a autonomia é a experiência da vontade e o autoendosso de suas ações, sendo assim, para os autores, em nada contradiria ou confirmaria as caracterizações de distinções de gênero encontradas na literatura. No entanto, ao buscarem uma homogeneidade para a amostra, jovens universitários residentes de áreas urbanas, não levaram em consideração que mesmo em países como a Coréia do Sul, compreendida como uma cultura coletivista, existem diferenças sociodemográficas, que podem levar a diferenças em valores e práticas culturais.

Zimmer-Gembeck e Collins (2003) também tratam da questão gênero e da autonomia, no entanto, diferentemente dos achados do estudo de Chirkov, Ryan, Kim e Kaplan (2003), detectaram algumas diferenças. Segundo os autores, as meninas, independentemente da etnia, apresentam uma expectativa tardia quanto à autonomia comportamental quando comparadas aos meninos, muito embora estas diferenças possam estar diminuindo em algumas culturas. Para os autores, uma possível explicação

para a diferença dos gêneros nas expectativas quanto à autonomia comportamental, poderia estar ligada a diferença entre a agência e a comunhão (*communion*). Zimmerman-Gembeck e Collins (2003) associam agência à assertividade e a um comportamento mais independente, refletindo uma orientação mais individual em relação ao *self*. O que os autores chamam de comunhão (*communion*), representaria uma orientação de *self* voltada para os outros, com a valorização do cuidado, da cooperação e da preocupação interpessoal. Tanto a agência quanto a comunhão estariam presentes em diferentes níveis nas dimensões cognitiva, comportamental e emocional da autonomia. A dimensão cognitiva também apresenta diferenças quanto ao gênero, de acordo com o estudo realizado entre adolescentes holandeses (Noom, Dekovic & Meeus, 2001). Nesta pesquisa, rapazes tendem a apresentar uma percepção mais positiva da autonomia atitudinal (capacidade em estabelecer uma meta a partir de desejos e possibilidades) e da autonomia funcional (desenvolvimento de estratégias para alcançar a meta estabelecida) quando comparados às meninas. Esta diferença poderia estar associada ao fato de que rapazes são mais encorajados do que as meninas, a pensar no futuro com as metas de socialização voltadas para a autonomia, enquanto as meninas para a conexão e comunhão.

Geuzaine, Debry e Liesens (2000) chegaram a conclusões semelhantes quanto às metas de socialização direcionadas às meninas. Em sua pesquisa com adolescentes belgas ao final da adolescência, observaram que as meninas, mais do que os meninos, relatavam uma maior necessidade de apoio emocional vinda dos pais, em especial da mãe. Segundo os autores, as adolescentes explicitavam uma necessidade de estar em constante contato com suas mães e de compartilhar com elas sentimentos, experiências e ideias. Para os autores, uma maior aproximação por parte da menina em relação aos pais teria um resultado positivo no seu desenvolvimento psicossocial e poderia ser

explicado por uma trajetória sociocultural em que desde a infância as meninas são estimuladas por práticas educacionais a desenvolver e manter relações próximas (Geuzaine, Debry & Liesens, 2000).

A dimensão moral da autonomia é retratada na literatura em termos de desenvolvimento moral e do julgamento moral do adolescente. Lehalle (2008) define o desenvolvimento moral como uma preocupação individual progressiva acerca das normas e valores sociais. De acordo com Smetana e Turiel (2003), o principal modelo teórico utilizado durante muitas décadas pelos pesquisadores neste campo foi o de Kohlberg, que estudava o julgamento moral a partir da transgressão, em que teve seu pico nas décadas de 70 e 80. Em sua teoria, Kohlberg (citado por Kroger, 2009; Lehalle, 2008; Smetana & Turiel, 2003) a partir de respostas a dilemas hipotéticos, propõe o desenvolvimento moral em três níveis: pré-convencional, convencional e pós-convencional, estes níveis refletem a expansão da compreensão moral de um ponto de vista individual para um social chegando a um ponto de vista universal. Cada nível é composto por dois estágios, totalizando uma série universal, sequencial e hierárquica de seis estágios acerca do conceito de justiça progressivamente se tornando mais integrado e diferenciado (Smetana & Turiel, 2003).

No nível pré-convencional, a pessoa responde em termos de rótulos culturais como bons ou maus, certos ou errados, mas interpreta estes rótulos de acordo com o interesse do *self*. As principais considerações para uma decisão moral são as consequências físicas e hedonísticas que uma ação irá trazer para o *self*. Além disso, se caracteriza por uma forte adesão a autoridade – crianças entre 4 e 10 anos). O estágio 1 (moralidade heterônoma), a norma é obedecida para se evitar a punição ou para satisfazer algum interesse ou obter alguma gratificação. O estágio 2 (individualismo, propósito instrumental e troca), o interesse próprio continua sendo a base da decisão

moral, no entanto, o indivíduo nesta fase já reconhece o valor dos outros, mas o faz com base em uma perspectiva hedonística. O nível convencional (o julgamento moral tem como base as normas compartilhadas e valores que sustentam os relacionamentos, grupos e comunidades e o respeito pela autoridade – pré-adolescentes, adolescentes e adultos). O estágio 3 (expectativas interpessoais mútuas, conformidade interpessoal e de relacionamentos), é importante corresponder as expectativas do grupo. A motivação por trás do julgamento moral se baseia no desejo de ser um bom rapaz ou uma boa menina. A marca do pensamento nesta fase é a necessidade de agradar aos outros. As pessoas estão preocupadas com que os outros pensam e sentem. O estágio 4 (sistema social e a manutenção da consciência), há uma mudança das pessoas próximas para o sistema social e a sociedade. A pessoa ao cumprir o seu dever, assegura a ordem social e mantém o bem-estar da sociedade e do grupo. As leis existem para serem respeitadas. O nível pós-convencional (estruturado por preocupações com respeito mútuo, arranjos contratuais entre indivíduos e seus direitos e deveres). O estágio 5 (contrato social e os direitos individuais), neste estágio a pessoa tem consciência que os valores do grupo são relativos e as normas da comunidade são vistas como passíveis de mudança. O estágio 6 (princípios éticos universais), os julgamentos morais são norteados por princípios éticos universais: justiça, igualdade dos direitos humanos, respeito pela dignidade dos seres humanos como indivíduos (Kroeger, 2009; Lehalle, 2008).

Muitas críticas surgiram em relação ao modelo de Kohlberg nestes últimos anos. Elas estão voltadas tanto para as questões metodológicas quanto a problemas conceituais (Kroeger, 2009). Em relação às críticas conceituais, Gilligan (1993) defendeu que a moralidade é orientada não apenas pela perspectiva da justiça e igualdade, mas também, pela visão da ética do cuidado e da responsabilidade em relação aos outros. Segundo a autora, o modelo teórico de Kohlberg é tendencioso,

contra as meninas, que normalmente alcançam o estágio 3, enquanto os meninos chegam ao estágio 4. Ou seja, a moralidade dos rapazes está mais voltada para as leis, ordem e direitos e o *self* é vivido de forma mais autônoma. Ao passo que para as meninas, a moralidade é mais estruturada em termos do cuidado, responsabilidades e a preocupação em não ferir ou causar danos aqueles que estão próximos, além da valorização dos relacionamentos para o *self*. Gilligan atesta que tanto homens quanto mulheres se utilizam das duas perspectivas ao tomarem uma decisão moral. Gilligan (1993) sugere um modelo alternativo à proposta de Kohlberg, com base em uma pesquisa realizada com mulheres que se encontravam em um dilema real de fazer ou não um aborto. A proposição de Gilligan possui três níveis: o nível 1- ênfase dada as necessidades do *self* - as mulheres da amostra que se encontravam neste nível ao se posicionarem contra ou a favor do aborto raciocinavam em termos da satisfação das próprias necessidades, no nível 2 – ênfase dada a necessidade de terceiros - apenas a responsabilidade e o cuidado com os outros eram levados em consideração, para a tomada da decisão, em detrimento de suas próprias necessidades e desejos e no nível 3 - há um equilíbrio entre a preocupação com o outro e o *self* - as duas perspectivas, as repercussões para o *self* e para os outros, eram trazidas a tona e levadas a uma harmonia no processo da tomada de decisão (Gilligan, 1993).

Embora estes estudos tenham contribuído de forma significativamente para o estudo da moralidade, algumas ressalvas precisam ser feitas. Se por um lado, o estudo de Kohlberg (Gilligan, 1993) foi tendencioso ao apresentar às mulheres dilemas cujos atores eram pessoas do sexo masculino e, ainda, não ter levado em consideração as especificidades do desenvolvimento moral feminino, por outro, ambos os estudos envolveram um perfil de amostra, rapazes e moças da cultura ocidental, desconsiderando, desta forma, a força motivacional que valores culturais podem exercer

no processo da tomada de decisão moral. Sendo assim, estas proposições, ditas universais precisam ser relativizadas ao considerar diferentes grupos culturais. Ao refletir acerca da tomada de decisão moral, em diferentes contextos culturais, acreditamos que a proposição teórica de Kagitçibasi contribui para uma maior elucidação da perspectiva proposta por Gilligan (1993). Ao invés de supormos fases, ou níveis sequenciais hierárquicos, poderíamos pensar a trajetória do desenvolvimento moral a partir das duas dimensões: agência (perspectiva da justiça e igualdade) e distância interpessoal (visão da ética do cuidado e da responsabilidade em relação aos outros) com o ambiente cultural influenciando como ambas as dimensões serão vividas.

Estudos apontam que as diferenças de gênero podem aparecer em aspectos do autoconceito (Lippa, 2005) e no desenvolvimento da identidade (Arslan & Ari, 2010). Associando a forma que homens e mulheres se compreendem com as diferentes visões culturais, Lippa (2005) descrever que o autoconceito para os homens estaria mais organizado em termos de independência, se assemelhando as características enfatizadas por culturas individualistas e as mulheres em termos de interdependência, cujas características são mais valorizadas por culturas coletivistas.

Quanto ao desenvolvimento da identidade, o estudo realizado em diversas cidades da Turquia com adolescentes, entre 16 e 23 anos reforça o valor do entorno para as questões do gênero (Arslan & Ari, 2010). Neste estudo, o processo da identidade do ego foi analisado em termos do estilo de apego e gênero. Os autores observaram que o efeito da interação das variáveis estilo de apego e gênero não é significativo sobre as dimensões da exploração e do compromisso no processo de identidade do ego. No entanto, quando a dimensão compromisso foi analisada separadamente, foi identificada uma diferença significativa de gênero. A dimensão compromisso diz respeito aos

valores e papéis de gênero no processo de identidade. Os resultados do estudo sugerem que adolescentes do sexo feminino apresentam uma ideia maior de compromisso com a sua identidade do que os adolescentes do sexo masculino. O que para os autores seria um reflexo do meio social que vive o adolescente. Na atualidade, com a participação mais ativa da mulher tanto na vida social quanto no trabalho, esta visão dominante dos homens contaria com um menor apoio da sociedade turca, embora os autores reconheçam que ainda haja uma percepção de que o homem pode se comportar de maneira mais independente (Arslan & Ari, 2010).

As diferenças sexuais cognitivas e comportamentais que podemos observar nas pesquisas descritas acima, segundo Byrd-Craven e Geary (2007), refletem a história evolucionista do homem. Os traços psicológicos que eram mais vantajosos e adaptativos para homens e mulheres, ao longo de suas histórias evolutivas, foram selecionados e perpetuados. Embora estas diferenças tenham uma forte origem biológica, as experiências de desenvolvimento no ambiente atual servem para elaborar estas diferenças ou minimizá-las, de acordo com a demanda cultural que o adolescente se encontra.

Além das características biológicas e dos traços pessoais, aspectos relativos aos papéis de gênero e às questões socioculturais estão em cena, interagindo e influenciando a formação do indivíduo (Seidl-de-Moura *et al*, 2009; Vieira, Seidl-de-Moura, Macarini *et al*, 2010) e o desenvolvimento de sua autonomia. Sendo assim, o adolescente encontra-se inserido em um modelo familiar, pertencente a um contexto cultural e em um dado momento histórico, e tais fatores podem refletir na forma como ele se desenvolverá e como a autonomia será compreendida e vivenciada por este adolescente. Ao se refletir sobre a vivência da autonomia na adolescência, além de pensar em que tipo ou dimensão de autonomia está-se focalizando, devemos considerar alguns fatores

que podem intermediar este processo, tais como o gênero, as metas de socialização e o ambiente. Em culturas mais individualistas, como a norte-americana, práticas que levem à separação emocional e à promoção da independência podem ser observadas. Por outro lado, culturas como as latino-americanas, estimulam a coesão familiar, com uma marcante presença dos pais, direta ou indiretamente, nos planos destes adolescentes para o futuro e para as suas escolhas profissionais (Ponciano & Seidl-de-Moura, 2011; Reichert, 2011).

Luciano (2010) problematiza a questão da influência cultural quanto a um dos aspectos da autonomia, o processo de escolha. O conceito de agência trata do quanto uma pessoa funciona de maneira autônoma e é capaz de realizar escolhas volitivas. Escolher é decidir dentre duas ou mais opções. Para Luciano (2010) a natureza destas opções reflete os valores do contexto cultural em que a pessoa vive. Sendo assim, escolher é um processo ambíguo, pois a liberdade de escolha que se acredita ter é vivida com opções previamente estabelecidas pelo ambiente cultural. Ou seja, da mesma forma que a escolha pode ser limitada pela restrição de opções, a experiência da autonomia pode ser delimitada por valores culturais e do contexto.

Portanto, o adolescente faz suas escolhas dentro de um contexto cultural, cujas crenças e valores são transmitidos na relação pais-filhos, por meio das práticas e dos estilos parentais (Baurimd, 1966; Darling & Steinberg 1993).

1.3 O adolescente e a família: a relação pai-filha e o estilo parental paterno

A família é uma unidade de relação social, podendo ser de reprodução tanto biológica quanto ideológica. É neste espaço que os costumes e valores são transmitidos e as trocas afetivas e de informações acontecem. Ela tem uma dinâmica própria e

representa mais do que a simples soma dos indivíduos que a compõem (Rocha-Coutinho, 2006).

A partir de uma perspectiva sistêmica clínica, a família é compreendida como um sistema dinâmico composto por um conjunto de pessoas que se relacionam a partir de vínculos afetivos e consanguíneos. É neste espaço que se estabelece uma rede de comunicação e de mútua influência, em que todos se encontram submetido às regras e valores estabelecidos pelo contexto. Os sistemas familiares se desdobram em subsistemas que, por sua vez, podem ser compreendidos como reagrupamentos dos membros do sistema geral em díades ou grupos. Os subsistemas são definidos a partir de aspectos como geração, sexo e o papel. Cada subsistema familiar possui funções e demandas específicas. O subsistema parental é o subgrupo da família proveniente do subsistema conjugal, é inaugurado com a chegada do primeiro filho. O desenvolvimento da socialização dos filhos é a principal tarefa do subsistema parental (Nichols & Schwartz, 2007; Wagner, Tronco & Armani, 2011).

As relações familiares durante a adolescência, em especial as voltadas para o subsistema parental, são um tema bastante discutido e explorado por pesquisadores, profissionais da área de saúde, da psicologia e educadores no mundo ocidental. Parte deste interesse pode estar associada à expectativa desta fase ser caracterizada por tormentas e estresse. Como já discutimos anteriormente, esta visão compreende que a adolescência é marcada pela necessidade do jovem em se separar emocionalmente dos pais e das figuras parentais, de maneira a formar uma identidade própria e se tornar um adulto saudável. Tal processo levaria a grandes transformações e conflitos no espaço familiar. A ausência destes conflitos poderia ser um indicativo de problemas no desenvolvimento (Oliva, 2006). Segundo Steinberg (2001) e Coleman (1978, 2011) esta era a visão dominante até o início da década de 70, quando, então, estudos

empíricos começam a questionar as características negativas destas relações, desafiando o caráter normativo que lhes era imputado.

No Brasil, esta concepção continua vigente, muitas vezes, respaldada por um saber médico e clínico, e pode ser observada nos livros de cunho educativo voltados para os pais, com o intuito de instruí-los acerca da melhor maneira de lidar com os seus filhos adolescentes: Cresceram!!! Um guia para pais de adolescentes (Milman, 1998); Filhos: adolescentes de 10-20 anos, dos pediatras da Sociedade Brasileira de pediatria para os pais (Lopez & Campos, 2012); O adolescente e seus dilemas: Orientação para pais e educadores (Lipp, 2010).

Na atualidade, grande parte dos estudos realizados entre adolescentes americanos e europeus, que tratam das relações pais-filhos, atesta que é esperado que surjam conflitos durante este período, no entanto, isto não implica dizer que a relação pais-filhos não seja boa (Jiménez & Delgado, 2002; Oliva, 2006; Steinberg, 2001).

Segundo Noller e Callan (1991), muito dos conflitos têm origem nas diferentes expectativas que pais e filhos apresentam acerca da esfera decisional e ao que caberia ao adolescente escolher. O estilo de roupa, vida social, hábitos alimentares, programas na TV e o tipo de música seriam exemplos de decisões que, para os adolescentes, estariam sob sua jurisdição.

No período que vai da infância, passando pela adolescência até a vida adulta, pais e filhos veem suas relações mudarem ao longo do ciclo de vida familiar de acordo com os necessidades e desafios característicos de cada fase (Carter & McGoldrick, 1995). Os valores culturais e as metas de socialização norteiam as mudanças que ocorrem nestas relações. Na cultural ocidental, a adolescência se constitui como um período em que as mudanças nas relações dizem respeito à forma que pais e filhos negociam novos limites. As questões ligadas ao adolescente refletem uma solicitação

por uma maior autonomia em outras esferas de sua vida, em especial as voltadas para o domínio pessoal, frente aos que os pais entendem como concernente ao controle parental. A maneira como os adolescentes e os pais solucionam seus conflitos, normalmente, ocorre com o estabelecimento de limites entre o que é legítimo aos pais interferirem e o que é aceitável como autonomia pessoal do adolescente (Lila, van Aken, Musitu e Buelga, 2008; Smetana, Crean & Campione- Barr, 2005).

A teoria do domínio social compreende que indivíduos fazem distinções entre as questões morais, convencionais e pessoais (Nucci, 1981). As questões ligadas ao domínio moral tratam de ações que pertencem ao direito do outro; as questões relativas ao domínio convencional são arbitrárias e contextualmente relativas (etiqueta e boas maneiras) e as questões de domínio pessoal são marcadas por um caráter privado e, desta maneira, não seriam creditadas como passíveis de uma regulação social (roupas, estilo de cabelo, atividades e amigos).

Com base nesta teoria, Smetana, Crean e Campione - Barr (2005), investigando a concepção da autoridade parental com adolescentes afro-americanos e suas mães, estabeleceram os seguintes domínios para a sua pesquisa: moral (roubar dinheiro dos pais, bater nos irmãos, mentir para os pais e quebrar uma promessa feita aos pais), convencional (responder aos pais, não fazer as tarefas de casa, falar palavrão, ser mal-educado), prudencial (fumar cigarros, beber cerveja ou vinho, usar drogas, manter relações sexuais), multifacetado (assistir TV a cabo, fazer vários furos na orelha, ficar na rua até tarde, não limpar o quarto, quando começar a namorar, andar com amigos que os pais desaprovam) e pessoal (dormir tarde nos finais de semana, escolher como gastar o dinheiro da mesada, escolher seu próprio estilo de roupa e cabelo, escolha da música). Chamam de multifacetados os domínios que implicam em sobreposições, como por exemplo, a arrumação e a limpeza do quarto (os pais veem o quarto como parte da casa

e acreditam que o asseio e a limpeza sejam da ordem da prudência e do que é convencionalmente necessário), por outro lado, os adolescentes acreditam que o seu quarto é seu território e do domínio do privado.

A pesquisa é um estudo longitudinal que teve duração de cinco anos com sujeitos na adolescência inicial (Smetana, Crean & Campione- Barr, 2005). Os achados indicaram que tanto adolescentes quanto suas mães acreditavam que a autoridade parental era legítima para regular as questões morais, convencionais e prudenciais e estes julgamentos não mudaram com o passar do tempo. No entanto, as mães se viam com mais autoridade sobre estas questões do que achavam os adolescentes. Quanto às questões do domínio pessoal, existiram divergências. Para as mães, elas teriam legitimidade em regular as questões pessoais, embora este julgamento diminuísse conforme o adolescente fosse ficando mais velho. Os adolescentes, por sua vez, rejeitaram completamente a visão de suas mães sobre ser legítima a regulação de seu domínio pessoal. O domínio multifacetado, oriundo da interseção entre a regulação convencional e o domínio pessoal, apresentou dúvidas, tanto por parte das mães quanto dos adolescentes, se as mães teriam autoridade para regular estas questões. No entanto, tanto os pais quanto adolescentes acreditavam que com o passar dos anos, deveria ser dada ao adolescente mais autonomia decisional sobre as questões multifacetadas. O exercício da autonomia, em especial a capacidade decisional do sujeito, é possível a partir do quanto o meio lhe permite praticá-la. Com base nesta perspectiva, Smetana, Crean e Campione- Barr (2005) sugerem que fatores como o estilo parental, as crenças parentais acerca do momento mais adequado em se conceder mais autonomia ao adolescente, suas ponderações quanto às habilidades e capacidades dos filhos em assumir mais responsabilidades e privilégios e a avaliação dos riscos ambientais que

uma maior liberdade pode trazer ao adolescente são aspectos que influenciam o quanto de autonomia os pais concederão aos seus filhos.

No Brasil, Milnitsky-Sapiro, Turiel e Nucci (2006) em um estudo realizado no sul do país com adolescentes e pré-adolescentes também basearam sua pesquisa neste referencial teórico do domínio social. Com isso, investigaram a compreensão dos adolescentes sobre as esferas de suas vidas em que lhe cabia a tomada de decisão e as que permitiam a interferência de seus pais. No estudo, os autores buscaram compreender e analisar a forma como esses adolescentes entendiam as questões que caberiam à autoridade parental e ao domínio pessoal. Para os adolescentes, as questões relacionadas a namoro e a tratamentos médicos deveriam ser decididas por eles, por se tratar de assuntos pessoais. No entanto, nos pontos de discordância quanto ao que seria legítimo aos pais decidirem ou aos adolescentes, caberia aos pais a decisão final e ao adolescente obedecer. Os autores concluíram que os adolescentes ao crescerem buscam maior autonomia, mas também, aceitam o papel dos pais como aqueles que irão orientá-los em suas decisões.

Jiménez e Delgado (2002) investigando os padrões de comunicação e conflitos familiares entre adolescentes espanhóis (13-19 anos) e seus pais, detectaram que diferenças de gênero e de idade podem influenciar a frequência e a intensidade emocional que estes conflitos são vividos. Os autores observaram que embora o padrão de comunicação entre pais e mães fosse bastante similar, os tópicos conversados variavam. Com as mães os adolescentes desenvolviam conversas de cunho mais pessoal e íntimo, falavam sobre amigos, gostos e interesses. As conversas com os pais giravam em torno de temas como as normas familiares e os planos para o futuro. Sendo que temas como a sexualidade, política e religião não eram constantes com nenhum dos pais. Observaram que os adolescentes relatavam ter uma comunicação mais frequente

com a mãe, independente do sexo do filho. Achados similares foram encontrados por Ponciano (2012) em sua pesquisa com jovens entre 18- 25 anos residentes da cidade do Rio de Janeiro. O que nos levaria a considerar uma continuidade do perfil das conversas com o avanço da idade e a diferença de gênero possivelmente direcionando os diferentes enfoques das preocupações parentais e o tipo de relacionamento desenvolvido entre pais-filhos.

Quanto aos conflitos, os temas foram categorizados em relação à frequência e a intensidade (Jiménez & Delgado, 2002). De uma forma geral, os conflitos mais frequentes tratavam de temas acadêmicos e domésticos: o tempo dedicado ao estudo, o cumprimento das tarefas de casa, a hora de voltar para a casa. Além da forma de se vestir. As adolescentes discutiam mais com seus pais sobre o horário de voltar para casa e os relacionamentos amorosos. A conduta sexual, o uso de drogas e a escolha profissional foram tópicos que provocaram as discussões mais intensas emocionalmente, embora fossem menos frequentes. De acordo com o relato dos adolescentes, as discussões travadas entre eles e seus pais eram percebidas pela maioria como leves e medianas. Tal assertiva vai de encontro com o que Silverberg (2001) observou em sua revisão sobre o tema. Segundo o autor, pais e filhos vivem os conflitos e são afetados por eles de formas distintas. Os conflitos cotidianos sobre questões triviais podem não ser importantes para os adolescentes, mas podem representar uma grande fonte de estresse para os pais.

Outro tópico desenvolvido por Jiménez e Delgado (2002) em sua pesquisa diz respeito aos assuntos sobre os quais os adolescentes se perceberiam com mais liberdade para fazer suas escolhas. Os adolescentes relataram terem mais autonomia para decidir sobre suas amizades, sua conduta sexual, a profissão e escolhas políticas e religiosas. Quanto às adolescentes da pesquisa, estas relatavam que decidiam com mais frequência

sobre sua carreira ou profissão, o consumo de álcool e tabaco e assuntos acadêmicos. De acordo com os autores, temas como a sexualidade, as drogas e o consumo de tabaco e bebidas são infrequentes talvez por serem temas evitados pelas famílias, embora quando surgiram no espaço familiar, geraram discussões intensas.

Compreendemos que a evitação familiar esteja relacionada também com a forma utilizadas pelos adolescentes para resolver seus conflitos. Branje, van Doorn, van der Valk e Meeus (2009), identificaram cinco tipos distintos de resolução de conflito, entre eles, o que chamam de retirada. De acordo com os autores, o tipo *retirada* é caracterizado pelos altos níveis de evitação e escape. O adolescente não conseguindo resolver o conflito de forma positiva, ele simplesmente para de falar e se retira, ou ainda, evita falar sobre o tema. Para estes adolescentes, a retirada e a evitação poderiam ser estratégias utilizadas para fugir do controle e da supervisão parental.

A mentira seria também outra estratégia usada pelos adolescentes para evitar o controle parental. Conforme o estudo realizado por Jensen, Arnett, Feldman e Cauffman (2004), os adolescentes compreendiam como justificável mentir para evitar o conflito com os pais. Entendiam que possuíam o direito de tomar decisões independentemente da influência parental e, para isso, a mentira seria mais do que aceitável.

Como podemos observar a partir dos estudos discutidos acima, a família continua a desempenhar um papel fundamental na formação do indivíduo, com destaque para as relações familiares que envolvem pais e filhos. É no dia a dia que a trama familiar é produzida, com a participação de todos que a constituem. É por meio do encontro que se estabelece entre o novo com a tradição, que limites são testados e estabelecidos e novos caminhos podem ser traçados.

A relação pai-filho, em sua essência, fundamenta-se no que a psicologia evolucionista chama de investimento parental. De acordo a teoria do investimento

parental, pais humanos se utilizam de diferentes estratégias, com base em suas próprias experiências, para promover um ambiente familiar propício para o desenvolvimento das habilidades sociais de sua prole, de maneira a prepará-la para a demanda da vida adulta (Blasi & Bjorklund, 2003; Keller, 2000).

Existem certos comportamentos, por parte dos progenitores, que incrementam a possibilidade de sobrevivência da prole, de modo que ela alcance a maturidade e esteja apta a reproduzir. No entanto, tais esforços demandam uma grande investida de tempo e energia, o que acaba suprimindo a produção de uma nova prole. Os humanos, em comparação aos outros primatas, apresentam um período de dependência considerável, representando um alto custo, que “pode ser compensado pelos benefícios do domínio efetivo das complexidades da sociedade humana” (Vieira *et al*, 2009, p. 89).

A diferença entre os sexos quanto ao grau de investimento parental é um aspecto relevante. A forma como o bebê é gerado, carregado no ventre por nove meses, e sua dependência após o nascimento, demandam um maior investimento por parte da mãe. Este investimento pode se estender por vários anos, ou até que o filho (a) esteja pronto (a) para as exigências da vida adulta. O que leva as mães serem consideradas as cuidadoras primárias.

Por outro lado, os machos, em mais de 95% das espécies de mamíferos, apresentam pouca participação no cuidado e investimento de sua prole. Os machos humanos se caracterizam como uma exceção para este quadro. Ainda assim, o investimento paterno em humanos configura-se como facultativo, com uma variação individual no grau de investimento e, portanto, os efeitos nos resultados do desenvolvimento dos filhos podem diferir de acordo com o contexto cultural (Geary, 1998, 2000).

Além das diferenças biológicas, aspectos sociais e culturais marcam a distinção entre homens e mulheres e influenciam a forma que pais e mães se relacionam com seus filhos. Para Baumeister, (2011) o fato de homens e mulheres serem criaturas sociais distintas afetará suas relações e o seu entorno. Enquanto as mulheres possuem uma tendência em criar relações de intimidade dois a dois, os homens apresentam uma inclinação a criar grandes redes de relacionamentos rasos, o que gera uma base fértil para estabelecer sistemas de compartilhamento de informações e realizações de tarefas. Desta maneira, essas características irão delinear a forma que homens e mulheres vivem e atuam em sociedade e em suas relações familiares.

Na atualidade, teóricos da família (Araújo, 2009; Wagner *et al*, 2011) observam que, em especial, em classes médias urbanas ocidentais, que os casais mais jovens, com maior nível de escolaridades, desempenhando atividades mais qualificadas são os maiores defensores da igualdade de gênero e das práticas que valorizam a liberdade e a individualidade.

As pesquisas voltadas para os relacionamentos entre pais-filhos, no entanto, mostram que a despeito de todas as mudanças sociais advindas dos ideais democráticos e feministas a sua repercussão no espaço familiar ocidental é marcado por um discurso que não tem tanta representatividade. Tradicionalmente o papel do pai na família é definido como provedor e como disciplinador (McKinney & Renk, 2008) e os estudos indicam que a figura do pai continua associada a um menor envolvimento emocional, como também, a uma menor aproximação de suas filhas, principalmente, quando comparados as mães (Nguyen & Cheung, 2009; Way & Gillman, 2000). As conversas entre pai e filha são geralmente caracterizadas por assuntos gerais, como profissão e escola, sendo raro um padrão de intimidade (Jiménez & Delgado, 2002; Way & Gillman, 2000). No entanto, apesar da mãe desempenhar o papel de cuidadora primária

e continuar como referência quanto à proximidade emocional e presença física, cada vez mais os estudos confirmam a importância do pai para a qualidade do desenvolvimento dos filhos, para o clima emocional familiar, tanto na infância (Von Klitzing, 2011), como na adolescência (Flaake, 2005; Videon, 2005).

Videon (2005) investigou a influência dos pais sobre a vivência do bem-estar de seus filhos adolescentes a partir do relato do grau de satisfação com a relação que os adolescentes apresentavam. A amostra consistia de adolescentes americanos entre 12 e 18 anos, obtida a partir de um estudo longitudinal nacional da saúde do adolescente (Add Health), acrescida de adolescentes de grupos étnicos distintos (negro, hispânico - cubano e porto-riquenho e asiático- chinês) de famílias intactas. Os resultados indicaram que a relação entre o pai e o adolescente afeta o bem-estar psicológico do adolescente independente da relação que ele/ela tenha com sua mãe. No entanto, os adolescentes apresentaram um padrão de relação com seus pais mais volátil do que com suas mães. As mudanças no nível de satisfação com a relação pai-adolescente influenciou de forma significativa a variação do bem-estar psicológico tanto dos filhos quanto das filhas. Salientando, desta maneira, a importância dos pais para a contribuição do bem-estar psicológico dos seus filhos.

A partir de uma perspectiva psicanalítica, Flaake (2005) entrevistou adolescentes entre 13-19 anos, suas mães, e pais ou padrastos com o intuito de investigar o impacto, desde a vivência da primeira menstruação (a menarca), que as mudanças corporais das filhas têm em seus pais. As famílias, de origem urbana e de uma área socialmente privilegiada na Alemanha, foram encorajadas a falar sobre suas experiências em relação às mudanças, os sentimentos, os medos e os desejos associados ao corpo e à sexualidade. A autora sugere, a partir da escuta do relato dos pais, que por não saberem lidar com as mudanças corporais de suas filhas, poderiam vivenciar essas

transformações como algo ameaçador, deixando-lhes perplexos e levando ao afastamento. Segundo Flaake, a dinâmica emocional vivida, nesta interação, dará o tom, tanto positivamente quanto negativamente, a maneira como esta adolescente viverá a experiência de sua própria mudança.

Investigando a relação entre pais e adolescentes a partir do relato das filhas, Way e Gillman (2000) entrevistaram 20 meninas no estágio inicial da adolescência. As adolescentes, em sua maioria de origem latina e afrodescendentes de baixa-renda, vinham de famílias intactas ou monoparentais. As adolescentes responderam perguntas acerca de seu relacionamento com seus pais (biológico ou padrasto), do que gostavam e do que não gostavam nesta relação. As autoras identificaram quatro padrões de temas: (1) as adolescentes tinham ou esperavam ter um relacionamento baseado em atividades com metas e conversas sobre a escola, esportes ou o mundo em geral; (2) as adolescentes esperavam mais de seus pais, embora afirmassem ter um bom relacionamento com eles; (3) as adolescentes percebiam seus pais como superprotetores, com conversas de caráter instrutivo acerca dos perigos do mundo, além da preocupação que expressavam com o relacionamento das meninas com os seus amigos e amigas; (4) adolescentes protegendo seus pais. O quarto tema, no entanto, foi identificado apenas em adolescentes cujos pais não mais viviam com as mães das adolescentes. Embora o estudo tenha um perfil exploratório, com uma pequena amostra de adolescentes, podemos perceber certos padrões quanto ao gênero influenciando este subsistema familiar. Os tipos de conversas explorados pelo pai e o desconhecimento de aspectos mais íntimos da vida de sua filha caracterizaram padrões de relacionamento que também foram encontrados em pesquisas de diferentes países (Geuzaine, Debry & Liesens, 2000; Jimenéz & Delgado, 2002; Ponciano, 2012).

Como já mencionado anteriormente, homens e mulheres são socializados de maneiras distintas e possuem diferentes funções para a sociedade. Desta maneira, espera-se que desempenhem os papéis parentais de forma distinta e adotem estilos parentais diferentes (McKinney & Renk 2012). Os estudos relacionados aos estilos parentais têm como base a tipologia desenvolvida por Baumrind (Darling & Steinberg 1993). Este modelo, que originalmente era utilizado para a investigação das práticas de socialização de famílias na infância, tem sido também usado para pensar o relacionamento pai-filho e a repercussão no desenvolvimento do adolescente. Baumrind (1966, 2005) investigou como os variados padrões de controle parental poderiam influenciar o desenvolvimento dos filhos. A partir de sua pesquisa, identificou três estilos parentais: autoritário, autoritativo e permissivo. Pais que apresentavam o estilo parental autoritativo estimulavam o diálogo e compartilhavam com a criança a razão por trás das regras. Estes pais equilibravam a disciplina, o controle, o saber ouvir e reconheciam o interesse individual do filho. Pais com o estilo parental autoritário controlavam e avaliavam o comportamento de seus filhos a partir de regras e valores absolutos, geralmente, baseados em fortes crenças religiosas ou culturais. A obediência era valorizada e desencorajavam qualquer movimento de autonomia. Criam, ainda, que sua palavra era a certa e que a punição era necessária quando o comportamento ou crença da criança conflitava com a conduta entendida como mais apropriada. Os pais permissivos tentavam comportar-se de uma forma não punitiva e se mostravam receptivos aos impulsos, desejos e ações da criança. Além disso, evitavam exercer controle e permitiam que a criança regulasse suas próprias atividades.

Os valores e as crenças parentais irão nortear as metas de socialização que estes pais têm para seus filhos e irão afetar os estilos parentais e as práticas parentais. É por meio do estilo parental que as atitudes dos pais em relação aos seus filhos são

comunicadas a estes, criando um clima emocional em um dado contexto familiar. As práticas parentais são mecanismos por meio dos quais os pais pretendem ajudar diretamente seus filhos a alcançarem as metas de socialização determinadas por eles (Darling & Steinberg, 1993). Ou seja, são ações que podem ter diferentes interpretações de acordo com o clima emocional em que ocorrem, clima este que é estabelecido pelo estilo parental (Steinberg, 2001). As práticas parentais podem ser: autoritária, democrática e laissez-faire. O estilo parental e a prática parental não são sinônimos. No entanto, o estilo parental pode afetar as práticas disciplinares, além de influenciar a abertura dos filhos à socialização (Darling & Steinberg, 1993).

Dwairy e Menshar (2006) investigando a relação entre o estilo parental, a conexão entre o adolescente e a família e a saúde mental entre adolescentes egípcios identificou algumas diferenças de gênero entre os grupos urbanos e rurais da amostra. A amostra foi composta por adolescentes entre 16-17 anos de ambos os sexos, sendo 50% composta por adolescentes urbanos e 50% por adolescentes rurais. Segundo os autores, os adolescentes das vilas apresentaram um nível maior do estilo parental autoritativo do que os adolescentes da cidade. As moças residentes nas vilas obtiveram um nível maior do estilo parental autoritativo em relação aos meninos, enquanto que as meninas da cidade apresentaram um maior nível do estilo parental autoritário quando comparadas aos meninos. Em relação à conexão com a família, as adolescentes rurais demonstraram ser mais conectadas emocionalmente e financeiramente, enquanto que as meninas da cidade apresentam um maior grau de conexão funcional, ou seja, relataram participar de mais atividades em conjunto com a família. Segundo os autores, a diferença no relato entre as meninas rurais e urbanas poderia estar relacionada ao fato de que as meninas rurais se submetem mais às tradições e não estariam tão conscientes das restrições e do autoritarismo, chegando até se identificar com este controle autoritário. Por outro

lado, as adolescentes da cidade ao perceberem sua falta de liberdade desafiariam o estilo parental autoritário. Esta não conformidade por parte das adolescentes urbanas pode ser evidenciada pelo maior nível de transtorno de conduta que apresentaram quando comparadas as meninas das vilas. Os pais responderiam a estes comportamentos com o reforço de ações autoritárias, demonstrado pelo um nível maior da conexão funcional manifestado pelas adolescentes, a maior participação de atividades em família possibilitaria uma maior vigilância e controle parental.

Quanto à saúde mental, tanto as adolescentes rurais quanto as urbanas apresentaram maiores níveis de ansiedade e depressão quando comparadas aos rapazes. A saúde mental apareceu associada ao estilo parental autoritativo e não ao autoritário, o que poderia indicar que diferentemente do que é observado na cultura ocidental o estilo parental autoritário não é nocivo em uma cultura autoritária.

Ampliando a investigação acerca do estilo parental em um contexto árabe, Dwairy *et al* (2006) investigaram o estilo parental em 8 sociedades árabes: Arábia Saudita, Iêmen, Egito, Argélia, Jordânia, Palestina (territórios ocupados), Líbano e Israel (Palestina) com uma amostra de 2893 adolescentes rurais e urbanos, entre 16-17 anos, de ambos os sexos. Havia uma presença maior de adolescentes do sexo feminino na amostra. De acordo com os autores, a explicação para a defasagem de respondentes corresponderia ao alto índice de abandono escolar pelos rapazes nas sociedades árabes, já que a amostra foi coletada em escolas.

O estudo mostrou uma diferença significativa dos estilos parentais entre as sociedades árabes. Os autores identificaram três combinações de agrupamentos de estilos parentais com os seguintes padrões: inconsistente (permissivo e autoritário), controlador (autoritário e autoritativo), e flexível (autoritativo e permissivo). Esses agrupamentos indicariam que os estilos parentais não são tão distintos como no ocidente

e não se encontrariam ao longo de um continuum, com o estilo autoritário e o permissivo em seus extremos. Ao invés disso, comporiam um continuum triangular fechado, ou seja, o permissivo com o autoritarismo constituiriam um estilo. Para os autores (Dwairy *et al*, 2006), tal resultado evidenciaria que o controle e o afeto (*warmth*) são compatíveis em algumas culturas coletivistas. Neste estudo todos os três padrões estavam presentes em todas as oito sociedades árabes. De uma maneira geral, os padrões refletiram o sistema político do país. Países com uma maior abertura política e democrática, foram associados aos padrões flexíveis, tais como Líbano, Argélia e a Jordânia. Enquanto que a Arábia Saudita uma país com uma política monárquica absolutista foi associado ao padrão de controle parental.

Nesta amostra, tal como no estudo desenvolvido por Dwairy e Menshar (2006), foi detectada uma diferença entre os gêneros quanto à percepção do estilo parental. As meninas apresentaram um escore mais alto do estilo parental autoritativo em relação aos meninos, o que para os autores poderia estar ligado a alguns fatores, como por exemplo, a tendência das adolescentes se identificarem mais fortemente com as normas tradicionais, ou por outro lado, com o fato de que não se atreveriam a relatar em questionários possíveis casos de opressão. A relação entre o nível educacional dos pais, o nível econômico e o estilo parental também foi investigada, segundo os autores, estudos apontam que variáveis como o nível educacional, o nível econômico e a urbanização podem influenciar nas práticas e nos estilos parentais. Embora tenha se encontrado uma correlação entre o nível educacional e o nível econômico, não foram encontradas relações significativas entre os estilos parentais e o nível socioeconômico e educacional dos pais. Segundo os autores, este achado pode estar associado ao fato de que as famílias ricas, com um alto nível educacional e urbano continuam a educar seus filhos da mesma maneira que as famílias rurais com um menor nível econômico e

educacional, já que o fenômeno de democratização e modernização nas sociedades árabes é recente e ainda não chegou a exercer um impacto na parentalidade.

Um aspecto que destacamos tanto no estudo de Dwairy e Menshar (2006) quanto no Dwairy *et al* (2006) é o fato de que as diferenças de gênero quanto ao estilo parental materno e paterno não foram investigadas pelos autores. Os autores explicam a ausência do interesse com base no fato que a sociedade árabe é coletiva, da mesma forma que é a criação dos filhos, com pais, mães e outros adultos participando da educação e socialização. A unidade parental é chamada de *Ahel* e é responsável tanto pelo cuidado quanto pela disciplina das crianças e dos adolescentes árabes, que são educados de acordo com os valores parentais de coletividade. No entanto, compreendemos que as diferenças entre as figuras maternas e paternas estão para além do contexto sociocultural, com os aspectos biológicos também marcando as diferentes tendências de relacionamento e investimento parental, como já discutimos acima. Desta maneira, mesmo que estes adolescentes sejam também criados por seus avós, tios e tias o estudo das diferenças sexuais, quanto ao estilo parental dos cuidadores, poderia enriquecer a investigação.

A comparação entre os estilos parentais dos pais e das mães foi um dos objetivos do estudo de Nguyen e Cheung (2009) ao investigarem o impacto do estilo parental percebido pelos adolescentes (vietnamitas imigrantes e filhos de imigrantes) em sua saúde mental. A amostra consistia de 313 adolescentes entre 13-17 anos residentes da cidade de Houston no Texas. O questionário usado para avaliar o estilo parental de ambos os pais foi o Questionário da Autoridade Parental (PAQ), o mesmo utilizado por Dwairy e Mershal (2006) e Dwairy *et al* (2006). Este questionário foi desenvolvido por Buri (1991) com base na fundamentação teórica de Baurimd para determinar o estilo parental percebido pelo filho. O questionário possui uma versão para a avaliação

materna e paterna. Nos estudos voltados para o contexto árabe, os autores, por motivos já tratados acima, optaram pela versão do questionário incluindo ambos os pais. Nguyen e Cheung (2009) adotaram ambas as versões com o intuito de avaliar a diferença entre pais e mães. No entanto, esta análise não foi possível já que os adolescentes da amostra, em sua maioria, optaram por responder o questionário com base na figura paterna. Apenas 23 (7%) sujeitos responderam com base na figura materna. Segundo os autores, esta escolha pode ser explicada pelo fato de que na cultura asiática o pai é visto como a figura responsável pela tomada de decisões e sendo fortemente associado a parentalidade.

Quanto a saúde mental dos adolescentes, esta foi avaliada em termos de autoestima e depressão. Os achados do estudo apontaram para uma relação significativa entre o estilo parental e a depressão. Adolescentes com baixa autoestima que relataram o estilo parental paterno autoritário apresentaram maiores sinais de depressão quando comparados aos adolescentes com baixa autoestima que percebiam seus pais com um estilo parental autoritativo. No entanto, não foi encontrado nenhum resultado significativo entre o gênero do adolescente e a relação ao estilo parental percebido, diferentemente do que foi encontrado nos estudos em contextos árabes (Dwairy & Mershal, 2006; Dwairy *et al*, 2006). Entendemos como uma possível explicação para este dado o fato de que estes adolescentes estivessem vivenciando questões como o processo de aculturação e que tal fato sobrepujaria a questão das diferenças de gênero. Equilibrar os valores e demandas familiares com os valores e demandas da cultura individualista americana teria um caráter desafiador para ambos os sexos. Outro aspecto explorado pelos autores foi a percepção do adolescente em relação ao relacionamento com a figura parental escolhida. Nestas respostas foram observadas

duas questões principais apresentadas pelos adolescentes, a dificuldade de alcançar uma comunicação aberta com o pai e o desejo de mais liberdade e autonomia.

A questão acerca da autonomia e a relação com o estilo parental foi um aspecto explorado em uma pesquisa realizada no Brasil (Reichert & Wagner, 2007a). O estudo teve por objetivo analisar a relação entre o estilo disciplinar parental e as dimensões da autonomia desenvolvida por rapazes e moças na adolescência intermediária. A amostra foi composta por 168 adolescentes, entre 14 e 15 anos, da cidade de Porto Alegre da classe alta. Os resultados deste estudo apontaram que a maioria dos adolescentes percebeu seus pais (35,1%) e suas mães (36,3%) como negligentes, ou seja, pouco responsivos e pouco exigentes. O estilo parental autorizante (autoritativo), surgiu em segundo lugar, com o pai representando 29,2% da amostra e a mãe 32,1%. O estilo autoritário foi o que apresentou o menor índice de respostas. Não foi encontrada nenhuma relação significativa entre o estilo disciplinar do pai e o nível de autonomia percebido pelos adolescentes. No entanto, ao investigarem a percepção do estilo parental materno observaram que havia uma relação entre o estilo parental e uma das dimensões da autonomia. As autoras investigaram a autonomia a partir da proposta teórica da multidimensionalidade do conceito: autonomia atitudinal, autonomia funcional e emocional (Noom, Dekovic & Meeus, 2001). O resultado indicou que quando as mães apresentavam um estilo autoritário a média da autonomia funcional era inferior. Ou seja, os adolescentes apresentavam uma dificuldade em desenvolver estratégias para atingir seus objetivos. Não foi explorado no estudo a questão da diferença de gênero dos filhos na percepção do estilo parental. No entanto, as autoras investigaram as diferenças de gênero quanto a percepção da exigência, intrusividade e responsividade dos pais. De uma maneira geral, ambos os gêneros perceberam suas mães mais presente em sua educação, mas viam que o nível de exigência era semelhante

para ambos os pais. As moças perceberam um nível maior de intrusividade por parte de suas mães, enquanto que os rapazes viam seus pais com um grau de responsividade maior, ou seja, o pai se mostrava mais acessível para os filhos homens do que para as filhas. O que em parte compreendemos estar relacionado com a identificação entre os gêneros. A intrusividade da mãe pode estar relacionada a uma maior proximidade e intimidade nos assuntos pessoais da filha. Aproximação de gêneros também foi identificada no estudo com adolescentes belgas (Geuzaine, Debry & Liesens, 2000).

A relação entre o estilo parental e as trajetórias de desenvolvimento do *self* é uma questão discutida por Kagitçibasi (1996), com base em sua proposta teórica dos modelos familiares. A autora sugere que famílias do modelo interdependente com um estilo parental autoritário, voltado para a obediência, promoveriam o desenvolvimento de um *self* interdependente. Famílias com um modelo independente apresentando um estilo parental permissivo voltado para o estímulo da autonomia e a autoconfiança, levariam a produção de um *self* separado. Já em famílias do modelo de interdependência emocional com um modelo do estilo parental autoritativo, que representa a junção do controle com a autonomia promovendo o desenvolvimento do que a autora propõe como o *self* autônomo-relacionado.

Deste modo, podemos observar que as estratégias parentais assumem formas diversas, em diferentes contextos culturais, podendo variar de acordo com características do gênero do progenitor. As relações que se estabelecem no subsistema parental se orientam por metas que refletem as crenças e valores parentais, que por sua vez, são fruto do meio no qual a família encontra-se inserida (Blasi & Bjorklund, 2003; Jimenez & Delgado, 2002; Kagitçibasi, 1996, 2007; Kelly, 2000, 2012; McKinney & Renk 2012.; Mayer, Trommosdorff, Kagitçibasi & Mishra, 2012Way & Gillman, 2000).

Durante a adolescência, as relações familiares passam por mudanças que resultam das transformações que os seus próprios membros atravessam. Este é um período que o adolescente adquire novas capacidades e aptidões cognitivas, e precisa se adaptar a este novo corpo com feições de adulto, a lidar com as novas expectativas de gênero, que surgem com estas transformações, como também, com sua sexualidade e as novas responsabilidades que advêm deste amadurecimento (Archibald, Graber & Brooks-Gunn, 2006; Miccuci, 1998; Rogoff, 2003).

No contexto ocidental, a adolescente não é considerada adulta, embora o seu corpo já tenha os atributos do corpo de uma mulher, ela encontra-se no processo, o seu cérebro ainda não está totalmente desenvolvido e nem sua identidade está completamente estabelecida, ainda encontra-se em construção. Estas moças se veem as voltas com a tarefa de equilibrar sua tendência a aproximação emocional e a preocupação em ser aceita pelos outros com sua busca por mais autonomia em seu domínio pessoal (Gilligan, 1993; Smetana, Crean & Campione- Barr, 2005). Em contrapartida, este pai sente a necessidade de proteger esta filha dos perigos que o mundo pode oferecer ao mesmo tempo em que busca orientá-la e instruí-la para os desafios que a vida adulta irá lhe trazer (Way & Gillman, 2000; Jimenez & Delgado, 2002).

Esta adolescente encontra-se diante do desafio de, em conjunto com seu pai, estabelecer as fronteiras entre ao que é cabível a intervenção paterna e o estabelecimento de seu espaço para o desenvolvimento de sua autonomia e suas dimensões cognitiva, comportamental e moral (Goossens, 2008; Sessa & Steinberg 1991).

Sendo assim, esta dissertação se propõe a uma contribuição dupla. A primeira é a reflexão teórica que foi feita nesse primeiro capítulo sobre autonomia na adolescência

e os diferentes aspectos e abordagens teóricas para compreendê-la. A segunda é, através de um estudo empírico, investigar o desenvolvimento da autonomia de adolescentes moradoras da cidade do Rio de Janeiro podendo ser influenciada pela percepção dos estilos parentais de seus pais. A complexidade discutida na primeira parte não encontra paralelos no desenvolvimento de instrumentos. Com respeito à autonomia, não foram encontrados instrumentos que avaliassem todas as suas facetas. Desta maneira, fizemos a opção pelo exame da dimensão cognitiva da autonomia, dentro de uma perspectiva de Kagitçibasi, consciente da limitação que tal escolha pode promover.

Com base nos estudos apresentados anteriormente elaboramos as seguintes hipóteses:

(1) Haverá uma relação entre o desenvolvimento da autonomia das adolescentes e sua percepção do estilo parental paterno. De maneira que, as adolescentes que perceberem seus pais com um estilo parental autoritativo apresentarão uma média mais alta no escore da escala autonomia-relacionada do que das escalas de autonomia e interdependência. E, ainda, as adolescentes que perceberem seus pais com o estilo autoritário apresentarão uma média mais alta no escore da escala de interdependência do que as adolescentes que perceberem seus pais com um estilo permissivo e autoritativo;

(2) Haverá uma diferença significativa entre os pais de diferentes idades e o estilo parental percebido;

Deste modo, temos como objetivos:

(1) Analisar a relação entre as médias dos escores nas escalas de autonomia, interdependência e autonomia-relacionada e os diferentes tipos de estilo parental paterno percebido pela filha adolescente;

(2) Analisar a relação entre a idade do pai sobre o estilo parental percebido pela adolescente.

2 MÉTODO

2.1 Participantes

Participaram do estudo 50 adolescentes na faixa etária dos 14 aos 16 anos, do sexo feminino, que viviam com seu pai e com sua mãe, residentes na cidade do Rio de Janeiro.

A Tabela 1 apresenta características sociodemográficas dos participantes.

Tabela 1

Dados Sociodemográficos

		Adolescentes (N=50)	
Escolaridade da adolescente			
Ensino Fundamental Incompleto		16 (32%)	
	7º ano		1 (2%)
	8º ano		5 (10%)
	9º ano		10 (20%)
		34 (68%)	
Ensino Médio Incompleto	1º ano		24 (48%)
	2º ano		10 (20%)
Escolaridade dos pais			
	Não sabe	1 (2%)	
	Ensino Fundamental incompleto e completo	10 (20%)	
	Ensino Médio incompleto e completo	15 (30%)	
	Ensino Superior	24 (48%)	
Idade dos pais <i>M (DP)</i>		46.96 (6.78)	

2.2 Os cuidados éticos

Para esta pesquisa utilizou-se um termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo A). O termo de consentimento livre e esclarecido é um documento que explica a

natureza da pesquisa para a adolescente, no qual ela assina, concordando com a sua participação na pesquisa. Por se tratar de um grupo de sujeitos menores de 18 anos, foi solicitada a assinatura de um responsável. Não havendo nenhuma informação nos instrumentos que possa levar a identificação da adolescente, preservando, desta maneira, sua identidade. Foi somente atribuído a cada participante um código com o objetivo de facilitar a organização do material coletado. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética da UERJ.

2.3 Instrumentos

Além de um termo de consentimento livre e esclarecido, foram utilizados um formulário de dados sociodemográficos, escalas e entrevistas. Cada adolescente recebeu um envelope contendo um conjunto de instrumentos já disponíveis, que apresentou a seguinte disposição:

1. Formulário de dados sociodemográficos
2. Escalas de Autonomia, Interdependência e Autonomia-Relacionada
3. Escala Estilo Parental Paterno

O formulário de dados sociodemográficos (Anexo B): possui itens como idade, escolaridade, ocupação/profissão, composição familiar e a posição de nascimento da adolescente, caso haja irmãos. Optou-se pela inserção do item ocupação/profissão para a adolescente por ser permitido, no Brasil, aos adolescentes com idade entre 14 e 15 anos trabalharem desde que na condição de aprendiz. A partir dos 16 anos é possível trabalhar, contanto que não comprometa a participação escolar do adolescente e não seja um cargo noturno (<http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/direitos-do-cidadao/erradicacao-do-trabalho-infantil>). A questão da independência financeira

aparece na pesquisa realizada por Ponciano (2012), com jovens entre 18 e 25 anos, como um possível indicador de maturidade (sentir-se adulto). Desta maneira, entendemos que o fato da adolescente ter uma ocupação, pode influenciar a dinâmica da relação pai-filha e o desenvolvimento de sua autonomia.

Na seção relacionada aos dados paternos, os itens como escolaridade, idade e ocupação/profissão também aparecem, acrescidos das horas semanais que a adolescente passa com o seu pai.

Escalas de Autonomia, Interdependência e Autonomia-relacionada (Anexo C):

Conforme as duas dimensões básicas de agência e de distância interpessoal de Kagitçibasi (2007), mencionadas acima, e as três possibilidades de desenvolvimento do *self* (autônomo, relacionado, autônomo-relacionado), a autora desenvolveu as Escalas de Autonomia, Interdependência e Autonomia-Relacionada para avaliar a trajetória do *self*. O instrumento é composto por três escalas, com cada uma contendo 9 itens, totalizando 27 itens para serem respondidos em uma escala *Likert* de cinco pontos: “nem um pouco”; “um pouco”; “mais ou menos”; “muito”; “completamente. Cada escala se caracteriza como unidimensional.

As escalas apresentam tanto itens diretos, quanto invertidos em relação ao conteúdo semântico. Na escala de autonomia (*Self* autônomo) temos como exemplos de itens diretos: “Pessoas que são próximas a mim têm pouca influência em minhas decisões.”; “Não gosto de interferência de nenhuma pessoa em minha vida, ainda que seja uma pessoa próxima a mim” e “Sinto-me independente de pessoas que são próximas a mim”.

Quanto aos exemplos dos itens invertidos: “Tento me ajustar aos desejos daqueles de quem me sinto muito próximo”; “Conduzo minha vida de acordo com as opiniões de pessoas de quem me sinto próximo (a)”. Na escala de interdependência (*Self*

relacionado) se constituem como exemplo de itens direto: “Preciso do apoio das pessoas de quem me sinto próximo”; “Costumo pensar naqueles de quem me sinto próximo (a)” e como itens invertidos; “Em geral, guardo para mim meus assuntos pessoais”; “Não me preocupo com o que as pessoas pensam de mim, ainda que sejam próximas”. Na escala de autonomia-relacionada (*Self* autônomo-relacionado) temos como exemplos de itens diretos: “É importante ter relações íntimas, quanto ser autônomo.”; “Uma pessoa pode sentir-se tanto autônomo quanto ligado àqueles que lhe são íntimos” e como exemplos de itens invertidos: “Dar importância à opinião daqueles que me são próximos, significa ignorar minhas próprias opiniões”; “Para ser autônoma, a pessoa não deveria desenvolver relações próximas”.

As escalas foram adaptadas e validadas para o contexto brasileiro por Seidl-de-Moura, Ziviani, Fioravanti-Bastos e Carvalho (2013). A análise de consistência, utilizando o teste de *Alfa de Cronbach*, apresentou os seguintes coeficientes: 0,69 para a escala do *Self* autônomo, 0,67 para a escala do *Self* relacionado e a escala do *Self* Autônomo-Relacionado um valor de 0,73, o que sugere uma boa consistência interna das escalas. Como já abordado anteriormente, a escala desenvolvida para a investigação do *self* autônomo compreende a autonomia por uma perspectiva de agência, ou seja, a partir de uma dimensão cognitiva e de tomada de decisão. De uma forma geral, todos os itens da escala representam a proposta teórica da autora. Destacam-se, no entanto, os itens 4 (“Conduzo minha vida de acordo com as opiniões de pessoas de quem me sinto próxima”), 8 (“Tento me ajustar aos desejos daqueles de quem me sinto muito próxima”) e 9 (“Sinto-me independente de pessoas que são próximas a mim”) pela possibilidade de que aspectos comportamentais e emocionais sejam agregados ao cognitivo.

Estilo parental paterno: Para avaliar o estilo parental paterno tal como percebido pela adolescente foi utilizado o *Parental Authority questionnaire* (PAQ). Elaborado por Buri (1991), busca avaliar os conceitos de Baumrind relacionados aos estilos parentais permissivo, autoritário e autoritativo a partir da perspectiva dos filhos. O instrumento, traduzido e validado no Brasil por Boeckel e Sarriera (2005) (Anexo D), é formado por três subescalas, com 10 itens cada, relacionadas aos estilos parentais autoritativo, permissivo e autoritário, totalizando um questionário com 30 itens. Os itens devem indicar o nível de concordância em uma escala *Likert* de cinco pontos: “discordo totalmente (1); “discordo”; “não concordo nem discordo”; “concordo”; “concordo totalmente (5)”. Destes pontos, dois estão relacionados à discordância (“discordo totalmente” e “discordo”), um ponto é neutro (“não concordo nem discordo”) e dois relacionados à concordância (“concordo totalmente” e “concordo”). O questionário gerará três escores para cada participante relacionado ao estilo parental autoritativo, permissivo ou autoritário. Os escores, em cada uma destas variáveis, podem apresentar uma variância de 10 a 50, quanto mais alto o escore, maior será a medida do nível do estilo parental avaliado. O *Alfa* de *Cronbach* nestas subescalas indicaram os seguintes valores: 0,85 para o permissivo, 0,88 para o autoritário e 0,89 para o autoritativo.

Os itens em cada subescala retratam a compreensão de cada estilo parental na literatura. O estilo parental autoritativo caracterizado por equilibrar o controle parental com a valorização da autonomia dos filhos, utilizando o diálogo, apresentará itens como: “Meu pai orientava os filhos na minha família através do diálogo e da disciplina”; “Meu pai encorajava o diálogo quando eu sentia que as regras e restrições familiares não estavam de acordo com o que eu pensava”. O estilo parental autoritário se caracteriza por ser um estilo que salienta a importância da obediência dos filhos aos pais, exerce o controle dos filhos, a partir de regras de conduta absolutas e entende que

orientação dos pais deve ser a única a ser considerada: “Meu pai me obrigava a fazer coisas que ele acreditava ser correto, mesmo que eu não concordasse”; “Eu sabia o que o meu pai esperava de mim, e ele insistia para que eu atendesse às suas expectativas simplesmente por respeito a sua autoridade”. Pais com o estilo parental permissivo, por sua vez, se disponibilizam como um recurso para a realização do desejo de seus filhos e não como um modelo ou agente responsável em direcionar o seu comportamento: “Meu pai raramente dava orientações sobre o meu comportamento”; “Quando eram estabelecidas as decisões familiares, na maioria das vezes, meu pai fazia o que os filhos queriam”.

Buri (1991) em seu estudo utiliza o instrumento para a avaliação do estilo materno e paterno. Para o contexto brasileiro, foi usado apenas um instrumento englobando ambos os pais. Nesta pesquisa, o instrumento foi aplicado para avaliar apenas o estilo parental paterno.

2.4 Procedimentos da coleta

As participantes foram convidadas a tomar parte do estudo por meio de contatos da pesquisadora, sendo todas devidamente esclarecidas sobre o teor da pesquisa. Mediante ao consentimento da adolescente e a permissão de um dos responsáveis, ela foi incluída na pesquisa, a partir da assinatura do livre consentimento. As adolescentes foram escolhidas não aleatoriamente, mas por conveniência, dentre indicações que aceitassem participar. As indicações vinham por parte das próprias adolescentes, ou de suas mães. Percebemos que quando as mães das adolescentes eram contatadas por outras mães havia uma maior aceitação para a participação de suas filhas na pesquisa. A

partir das indicações, foram feitos os contatos por telefone para o agendamento do encontro. Os instrumentos foram aplicados na residência da adolescente ou em um local de sua conveniência. Em alguns casos, as adolescentes levaram o envelope para casa e uma semana depois foram coletados. Nem todos os envelopes que foram levados para a casa retornaram. Dois envelopes foram perdidos. Algumas adolescentes levaram mais que uma semana para devolver os questionários preenchidos e foram lembradas de trazê-los na semana seguinte. De todas as adolescentes contatadas, apenas uma não pode participar, pois seu pai não permitiu.

2.5 Procedimentos de análise

Para análises de caracterização da amostra, expostas no item “Participantes”, usamos as funções descritivas e de frequência do SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) versão 20.0. Para testar as hipóteses e atingir os objetivos delineados neste estudo, foram elaborados modelos estatísticos de acordo com a natureza das variáveis. Os testes estatísticos utilizados serão discutidos a seguir.

Na hipótese 1, esperávamos encontrar uma relação entre a percepção das adolescentes do estilo parental paterno e o desenvolvimento da autonomia. Supúnhamos que adolescentes que percebessem seus pais com um estilo parental autoritativo apresentariam uma média mais alta no escore da escala autonomia-relacionada do que das escalas de autonomia e interdependência. Além disso, as adolescentes que percebessem seus pais com estilo autoritário apresentariam uma média mais alta no escore da escala de interdependência do que as adolescentes percebessem seus pais com um estilo permissivo e autoritativo. Para testar estas hipóteses, foram utilizados dois modelos estatísticos. O modelo estatístico 1 considerou como Variável Independente

(VI) o escore do estilo parental. Por se tratar de uma variável contínua, o escore foi transformado em uma variável dummy, ou seja, em uma variável indicadora para sinalizar o escore que apresentou maior valor: 1= maior escore em estilo autoritativo, 2= maior escore em estilo autoritário e 3= maior escore em estilo permissivo. Como Variável Dependente (VD): os escores na escala de autonomia/ interdependência e autonomia-relacionada. O teste estatístico utilizado foi uma ANOVA univariada. O modelo estatístico 2 considerou os escores do estilo parental paterno percebido e os escores na escala de autonomia/interdependência e autonomia-relacionada, ambas variáveis contínuas. O teste estatístico utilizado foi a Correlação de Spearman.

Para testar a hipótese 2 que pressupunha a existência de uma diferença significativa entre pais de idades distintas e o estilo parental paterno percebido, foram utilizados dois modelos. No modelo número 1 a idade do pai, e o escore do estilo parental paterno percebido foram considerados. A Correlação de Spearman foi o teste estatístico utilizado. No modelo 2 a idade do pai, a variável independente (VI), foi codificada de acordo com a década de nascimento. A variável década de nascimento do pai foi gerada a partir do cálculo: $\text{Década pai} = (2013 - \text{idade do pai}) - 1900$. Com isso, os pais foram agrupados de alocados segundo a sua década de nascimento, para explorar possíveis diferenças geracionais: 50 até o final da década de 50 ($\text{década pai} \leq 59$), 60 do início da década de 60 até o seu término ($60 \leq \text{década pai} \leq 69$), 70 após o início da década de 70 ($70 \leq \text{década pai}$). O escore do estilo parental é a Variável Dependente (VD). O teste estatístico utilizado foi a ANOVA univariada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo geral do estudo é investigar se a maneira que a adolescente percebe o estilo parental paterno está de alguma forma relacionada com o desenvolvimento de sua autonomia. Algumas hipóteses foram formuladas, com base nos estudos teóricos e na revisão da literatura. Seguem os resultados obtidos das análises feitas.

Em um primeiro momento, foram conduzidos testes para traçar o perfil das participantes quanto a sua trajetória de desenvolvimento do *self* e da percepção do estilo parental paterno, respectivamente. Os estudos brasileiros indicam uma tendência em mulheres adultas (mães) a valorizarem tanto a autonomia quando a relação nos cuidados e nas metas para seus filhos (Seidl-de-Moura, Carvalho & Vieira, 2013). Para investigar se isso ocorre também com as adolescentes estudadas, foram comparados seus resultados nas escalas Autonomia, Interdependência e Autonomia Relacionada e foi observado que as adolescentes da pesquisa realmente apresentam uma tendência à autonomia-relacionada. Foram realizados testes *t* pareados, no qual obtivemos os seguintes resultados: os escores de autonomia e relação foram significativamente menores que os de autonomia relacionada ($t(49) = -5.70; p < 0.05$), e ($t(49) = -4.39; p < 0.05$), respectivamente. A figura 1 mostra essas diferenças nos escores das três escalas.

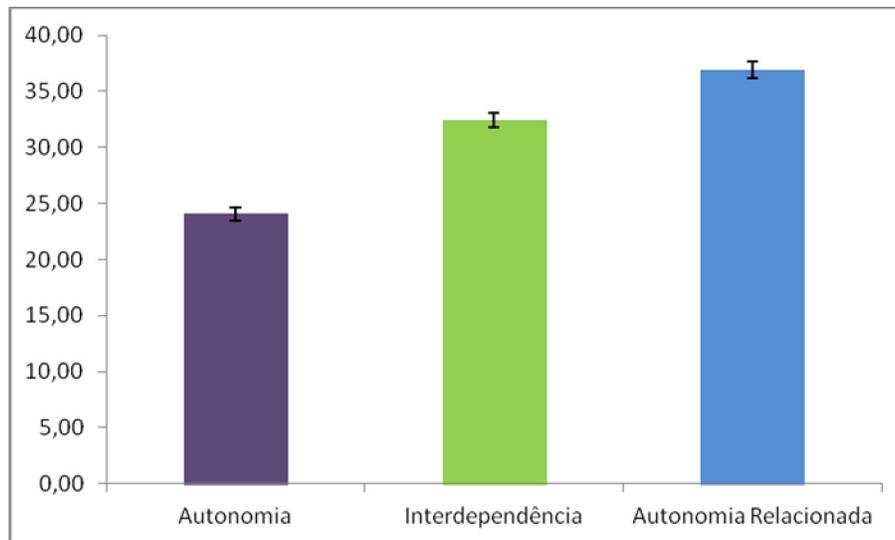


Figura 1: Escores de Autonomia, Interdependência e Autonomia Relacionada

Como vimos, esta tendência a autonomia-relacionada é considerada por Kagitçibasi (1996, 2005, 2007, 2013) como ideal para o desenvolvimento humano, pois equilibraria as duas necessidades psicológicas básicas: a de autonomia e a de relação (*relatedness*). Entendemos que tal tendência, observada nessa amostra específica de brasileiras, configure-se como um resultado ótimo do desenvolvimento, em especial para o gênero feminino. Além dos argumentos de Kagitçibasi, está de acordo com os de autoras feministas (Gilligan, 1993; McGoldrick, 1991) ao considerar o aspecto relacional tão característico deste gênero.

A ocupação da adolescente, embora não tenha se constituído como uma hipótese neste estudo foi um dado referente ao perfil da adolescente que foi explorado. Acreditávamos que se tivessem alguma forma de ocupação sentir-se-iam mais maduras e mais seguras em suas decisões, o que afetaria a maneira que perceberiam seus pais. No entanto, essa conjectura não pode ser testada, já que somente uma das participantes trabalhava como vendedora.

As adolescentes apresentaram uma tendência a perceber seus pais com o estilo autoritativo. Para confirmar a diferença entre os escores dos estilos parentais paternos percebidos executamos testes *t* pareados verificando que a média dos escores referentes ao estilo autoritativo foi significativamente maior do que a dos escores do estilo permissivo ($t(49) = 12.05; p < 0.05$) e do estilo autoritário ($t(49) = 5.22; p < 0.05$) (Vide a figura 2).

Esta tendência à percepção do estilo parental autoritativo foi observada, de forma similar, em adolescentes egípcios moradores de áreas rurais quando comparados aos da cidade (Dwairy & Menshar, 2006). O estudo foi realizado com adolescentes de ambos os sexos, entre 16-17 anos, moradores de áreas urbanas e rurais. As moças rurais obtiveram um nível maior do estilo parental autoritativo em relação aos meninos, enquanto que as meninas urbanas, diferentemente das brasileiras aqui estudadas, apresentaram um maior nível do estilo parental autoritário quando comparadas aos meninos. As diferenças de resultados entre as adolescentes egípcias urbanas e as adolescentes cariocas pode estar relacionado aos valores e crenças distintos destes dois contextos. Com a globalização e uma maior exposição aos valores culturais individualistas, as adolescentes egípcias podem tornar-se conscientes do modelo opressor e controlador utilizado por seus cuidadores, levando-as a categorizá-los como autoritários.

Dwairy *et al* (2006) expandiram para oito sociedades árabes sua investigação acerca dos estilos parentais (Arábia Saudita, Iêmen, Egito, Argélia, Jordânia, Palestina, Israel (Palestina), Líbano e observaram que as adolescentes do sexo feminino, tanto as da cidade quanto as rurais apresentaram um maior nível de estilo autoritativo quando comparadas aos rapazes. Algumas ressalvas, no entanto, precisam ser levadas em consideração quando observamos os estudos realizados por Dwairy & Menshar (2006) e

Dwairy *et al* (2006). Ambos não fazem distinção entre pais e mães quando investigam as percepções dos adolescentes. Desta maneira, não há como averiguar qual figura parental o adolescente tem como referência para as suas respostas, o que poderia explicar em parte, as diferenças de resultados entre as adolescentes rurais e urbanas do estudo realizado no Egito (Dwairy & Meshar, 2006) com as adolescentes do estudo de Dwairy *et al* (2006). Um outro aspecto diz respeito a influencia da cultura ocidental sobre as sociedades árabes, embora esta seja uma realidade, a extensão da exposição aos ideias democráticas e liberais irá variar de país para país.

No Brasil, o estudo realizado por Reichert & Wagner (2007a) no sul do país, encontrou resultados diferentes dos apresentados aqui. A maioria dos adolescentes percebeu seu pai com o estilo parental negligente, sendo o estilo autoritativo (autorizante) percebido em segundo lugar. No entanto, as autoras não exploraram a diferenciação entre o gênero dos filhos na percepção do estilo parental, apenas em suas dimensões de exigência, intrusividade e responsividade, onde encontraram uma possível identificação de gênero, com os rapazes percebendo seus pais mais disponíveis.

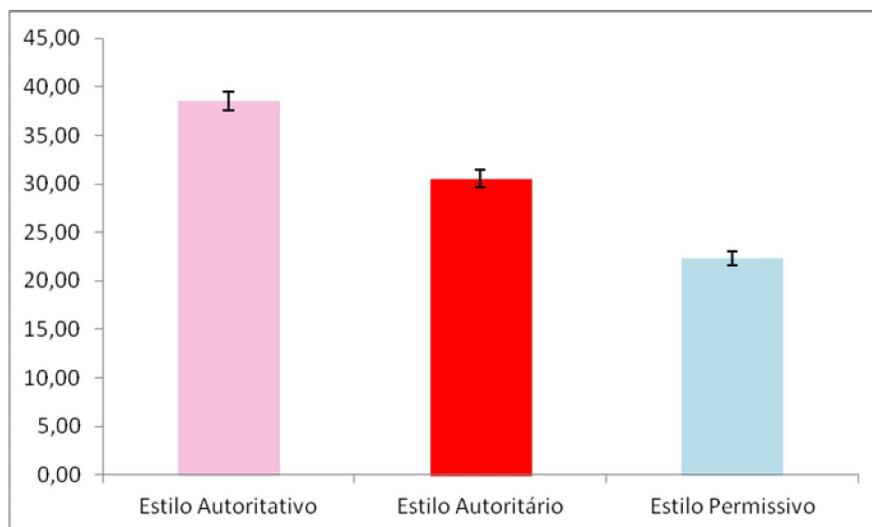


Figura 2: Escores do Estilo Parental Paterno

Estudiosos que tratam dos estilos parentais têm como referência o modelo proposto por Baumrind (1966, 2005), que baseia as estratégias parentais em um maior ou menor controle exercido pelos pais. Os estilos são comunicados nas relações e geram um clima emocional que delinea diferentes trajetórias de *self* (Kagitçibasi, 1996).

Sendo assim, acreditávamos que haveria um efeito significativo do estilo parental percebido sobre os escores em autonomia-relacionada; que as adolescentes que percebessem seus pais com um estilo parental autoritativo, apresentariam média mais alta nos escores de autonomia-relacionada; que adolescentes que percebessem seus pais com estilo autoritário apresentariam uma média mais alta nos escores da escala de interdependência do que as adolescentes que percebessem seus pais com um estilo permissivo e autoritativo. Essas hipóteses não foram confirmadas.

Não foi encontrado efeito significativo do estilo parental dos pais percebido sobre a autonomia das filhas [Escore de Autonomia $F(2,49)=1.33; p >0.05$] [Escore de Interdependência $F(2,49)=0.80; p >0.05$] [Escore de Autonomia Relacional $F(2,49)=0.46; p >0.05$].

Uma possível explicação para esse resultado pode ser a forma como se procedeu a análise. Foram criados três grupos de acordo com o maior escore em estilo parental e assim foi avaliado esse fator na análise de variância. Com isso, podem ter sido perdidas informações de variabilidade dos escores de percepção de estilo. Houve empates e, além disso, variações de apenas um ponto decidiram a alocação da participante em um grupo ao invés do outro. De acordo com essa variável *dummy*, apenas uma participante teve um maior escore em estilo permissivo, portanto não será incluída na figura abaixo. Fica evidente que a tendência nas escalas de autonomia relacionada e relação (interdependência) é a mesma do grupo como um todo, mostrada na figura 1.

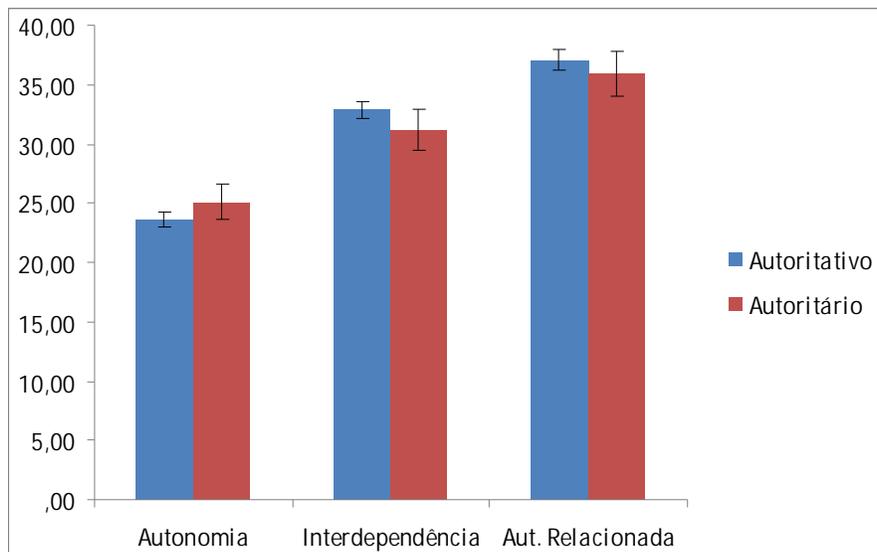


Figura 3: Escore de estilo parental percebido e escore de autonomia/ interdependência e autonomia-relacionada

Em contraste com esses resultados foram encontradas correlações estatisticamente significativas entre a percepção do estilo paterno como autoritativo e os escores de autonomia relacional ($r=0,35$; $p<0.05$), e com os escores de autonomia ($r=-0,30$; $p<0.05$). Ou seja, quanto mais as adolescentes percebiam seus pais como autoritativos, maiores eram seus escores em autonomia-relacional e menores em autonomia. Estes resultados confirmam a assertiva de Kagitçibasi (1996) de que o estilo parental que combinasse uma orientação tanto para o controle quanto para a autonomia (Bairim, 1966) levaria ao desenvolvimento de um *self* autônomo-relacionado.

A utilização dos escores parece ter sido mais apropriada do que tentar criar os grupos. No entanto, não foi confirmada a hipótese de que, as adolescentes que percebessem os pais com estilo autoritário apresentariam uma média mais alta no escore da escala de interdependência do que as adolescentes que percebessem seus pais com um estilo permissivo e autoritativo.

Embora tenha se encontrado uma relação entre a percepção do estilo paterno autoritativo e os escores de autonomia-relacionada, entendemos que o padrão de respostas observado na escala do estilo parental pode indicar um critério diferente do proposto por Baurimd (1966, 2005), com os estilos marcadamente distintos. Um padrão diferenciado de respostas também foi encontrado no contexto árabe com a utilização do mesmo instrumento (Dwairy *et al*, 2006) No estudo, os autores detectaram três combinações estilos parentais com os seguintes padrões: inconsistente (permissivo e autoritário), controlador (autoritário e autoritativo), e flexível (autoritativo e permissivo). Para os autores, os estilos parentais não se encontrariam ao longo de um continuum com os estilos autoritário e o permissivo localizados em seus extremos. Eles poderiam ser representados por um continuum triangular fechado, como por exemplo, o permissivo com o autoritativo formando um estilo. Desta maneira, acreditamos pertinente a investigação em um contexto brasileiro para confirmar a existência, ou não de um padrão similar ao encontrado no contexto árabe.

Os achados deste estudo são distintos dos resultados encontrados por Reichert & Wagner (2007a) com a amostra de adolescentes brasileiros. As autoras, não encontraram nenhuma relação entre o estilo parental paterno e os escores da autonomia. A relação foi detectada apenas no estilo parental materno com uma das dimensões da autonomia, no caso, a funcional. Quanto mais autoritárias fossem as mães, menor seria a capacidade dos adolescentes de elaborar estratégias para atingir suas metas (autonomia funcional).

Embora os instrumentos utilizados pelo estudo fossem distintos e baseados em uma diferente perspectiva teórica da autonomia (Noom, Dekovic & Meeus, 2001), pensamos que estes dados confirmam a necessidade de pesquisar mais a fundo a existência de um padrão brasileiro de estilo parental.

Na atualidade, teóricos da família (Araújo, 2009; Wagner *et al*, 2011) observaram que, aspectos sociodemográficos, tais como o nível de escolaridade, idade e socioeconômico, poderiam influenciar as crenças e valores das pessoas quanto aos ideais da igualdade de gênero, liberdade e a individualidade.

Com base nas mudanças e transformações ocorridas dentro do espaço familiar e da percepção de teóricos da família (Araújo, 2009; Wagner *et al*, 2011) de que casais mais jovens são a favor de práticas que estimulem a liberdade e a individualidade, esperávamos encontrar uma relação entre a idade do pai e o estilo parental percebido. A hipótese não foi confirmada, não foi encontrada nenhuma correlação significativa entre essas variáveis. Decidimos explorar outras possibilidades de análise com um segundo modelo estatístico. Neste modelo, os pais foram organizados de acordo com a década de nascimento, para investigar possíveis diferenças geracionais. Foi conduzida uma ANOVA univariada. Não foi encontrado efeito significativo da década em que o pai nasceu sobre o estilo parental percebido pela filha. A hipótese também não foi confirmada neste modelo. No entanto, alguns padrões ascendentes interessantes nos dados podem ser observados e talvez com um grupo maior de participantes fosse possível testar a hipótese com mais poder estatístico.

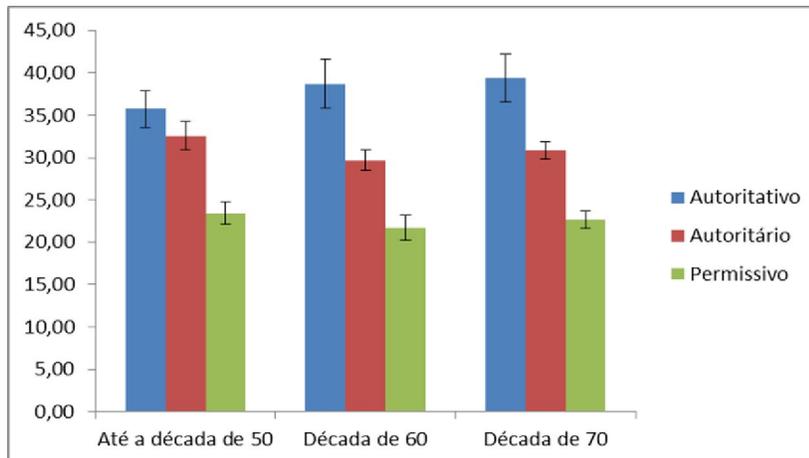


Figura 4: Escore de estilo parental percebido e as décadas de nascimento dos pais

Os resultados do presente estudo sugerem que a forma que as adolescentes percebem seus pais vai estar relacionada à maneira que vão desenvolver sua autonomia, indicando a importância de futuras pesquisas que explorem temas ligados a este subsistema. O estudo, no entanto, apresenta algumas limitações. A primeira está relacionada ao número de participantes e a segunda o fato de se tratar de um estudo empírico baseado em um autorelato, ou seja, os dados analisados e colhidos refletem a percepção da adolescente, não havendo a possibilidade de confirmar os dados com a vivência paterna. Outra questão diz respeito à delimitação que encontramos para investigar a autonomia com a falta de um instrumento que abrangesse a complexidade do conceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão de literatura realizada, observamos que a adolescência é uma fase do desenvolvimento humano que tem início com a entrada da menina na puberdade. Atualmente, este período é marcado por uma variabilidade considerável quanto a sua faixa etária, podendo ir de 10 a 24 anos. No Brasil, a adolescência é entendida como um período que vai dos 12 aos 18 anos (ECA - lei nº 8.069, de 13 de Junho de 1990).

Com a puberdade, a menina vivencia sua primeira menstruação (menarca) e as transformações corporais que ocorrem a partir dela. Estas mudanças de caráter biológico reforçam e acentuam as diferenças de gênero. Diferenças que, de acordo com as expectativas sociais e os valores culturais de seu contexto, podem ditar a forma como a adolescente irá vivenciar esta fase.

Dentre todos os desafios que estão presentes na adolescência, a aquisição da autonomia recebeu destaque nos estudos voltados para esta temática. Embora seja uma necessidade psicológica universal, presente em toda trajetória do desenvolvimento humano, foi tradicionalmente descrita na adolescência como uma meta desenvolvimental a ser alcançada para uma adultez saudável.

Vimos que autonomia é um conceito multidimensional. O desenvolvimento de suas dimensões (emocional, cognitiva, comportamental e moral) pode variar de acordo com o gênero e a ênfase dada pelo ambiente. Embora sejam conceitualmente distintas, muitas vezes, podem se sobrepor.

Compreendemos que tanto a autonomia como a relação (*relatedness*) são essenciais para o desenvolvimento. O equilíbrio quanto à importância dada a ambas depende de características do contexto cultural em que vivem as famílias.

Os valores culturais e familiares são transmitidos aos filhos em suas relações cotidianas. Estas crenças e valores são passadas por meio das práticas e dos estilos parentais. Os estilos e as práticas não são sinônimos. Os estilos representam um meio pelo qual os pais comunicam suas atitudes em relação aos seus filhos e, com isso, criam um clima emocional familiar. As práticas, por sua vez, são mecanismos usados pelos pais para ajudar a seus filhos atingir as metas alcançadas por eles. Entendemos que diferentes estilos parentais podem promover diferentes trajetórias do *self*. Os estilos parentais (autoritário, permissivo e autoritativo) podem ser influenciados também pelo gênero do progenitor.

Constatamos que a relação pai-filha apresenta características peculiares que remete ao gênero de ambos. Ainda que a adolescente se sinta mais próxima emocionalmente de sua mãe, o pai desempenha um papel importante para a sua formação.

Desta maneira, este estudo apresentou dois objetivos. O primeiro o de promover uma reflexão acerca da complexidade do conceito autonomia e de sua vivência na adolescência. Além disso, buscou investigar o desenvolvimento da autonomia da adolescente podendo ser influenciada pela percepção do estilo parental paterno.

Compreendemos que os resultados encontrados nesta pesquisa reforçam a importância da figura paterna para a formação da filha e podem contribuir trazendo uma maior clareza sobre a vivência da autonomia pela adolescente.

Observamos algumas limitações neste trabalho. A primeira diz respeito ao pequeno número de participantes. O segundo está relacionado ao fato que as informações foram obtidas por meio do autorelato. Muito embora, o objetivo do estudo tenha sido investigar a percepção das adolescentes, compreendemos que não teríamos como testar a correspondência desta percepção com a do pai.

Com base nos resultados obtidos na escala do estilo parental paterno consideramos como importante uma investigação com um maior número de sujeitos de maneira que possa se confirmar, ou não um perfil peculiar do contexto brasileiro quanto aos estilos, tal como os resultados encontrados em sociedades árabes (Dwairy *et al*, 2006). Tendo em vista a dificuldade que encontramos em achar um instrumento que pudesse medir a autonomia com base em suas dimensões, compreendemos que seja importante a criação de instrumentos que possam refletir a complexidade do conceito e sua vivência em uma realidade brasileira.

Para concluir, entendemos que o relacionamento entre pai e filha pode ser representado por uma dança. Como uma valsa, com vários compassos, pai e filha acertam seus passos, delineiam seus limites, com momentos para avançar e outros para recuar. E assim, enquanto dançam, vão criando sua própria coreografia, com movimentos que refletem a sua própria história.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, M. e Castro, M.G. (Orgs). (2006). *Juventude, juventudes: O que une e o que separa*. Brasília: UNESCO.
- Araújo, M.F. (2009). Gênero e família na construção de relações democráticas. Em Féres-Carneiro, T. (Org), *Casal e família: Permanências e rupturas* (pp.9-23). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Archibald, A.B., Graber, J.A., & Brooks – Gunn, J. (2006). Pubertal processes and physiological growth in adolescence. Em Adams, G.R. & Berzonsky, M.D. (Eds.), *Blackwell handbook of adolescence* (pp. 24-47). Oxford: Blackwell Publishing.
- Arnett, J. (2000). Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55(5), 469-480.
doi:10.1037//0003-066X.55.5.469
- Arnett, J. (2006). G. Stanley Hall's adolescence: Brilliance and nonsense. *History of Psychology*, 9(3), 186-197. doi:10.1037/1093-4510.9.3.186
- Arslan, E., & Ari, R. (2010). Analysis of ego identity process of adolescents in terms of attachment styles and gender. *Procedia Social and Behavioral Sciences*, 2(2), 744-750. doi:10.1016/j.sbspro.2010.03.095
- Baumeister, R. (2011). Foreword. Em: Sharon, J. (Ed.), *Ordinary men, extraordinary lives: Defining moments* (pp. ix-xiii). Colorado: Energy for life Centennial
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, 37(4), 887-907. doi:10.2307/1126611

- Baurim, D. (2005). Patterns of parental authority and adolescent autonomy. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 2005(108), 61-69. doi: dx.doi.org/10.1002/cd.128
- Belsky, J. (2010). *Desenvolvimento humano: Experienciando o ciclo de vida*. Porto Alegre: Artmed.
- Beyers, W., Goossens, L., Vansant, I., & Moors, E. (2003). A structural model of autonomy in middle and late adolescence: Connectedness, separation, detachment, and agency. *Journal of youth and adolescence*, 32(5), 351-365. doi:10.1023/A:1024922031510
- Blasi, C. H., & Bjorklund, D. F. (2003). Evolutionary developmental psychology: A new tool for better understanding human ontogeny. *Human Development*, 46(5), 259-281. doi:10.1159/000071935
- Boeckel, M. G., & Sarriera, J. C. (2005). Análise factorial do questionário de estilos parentais (PAQ) em uma amostra de adultos jovens universitários. *Psico-USF*, 10(1), 1-9. Capturado em <http://www.scielo.br/pdf/pusf/v10n1/v10n1a02.pdf>
- Branje S. J. T., van Doorn M., van der Valk I., & Meeus W. (2009) Parent–adolescent conflicts, conflict resolution types, and adolescent adjustment. *Journal of Applied Developmental Psychology*. 30(2), 195–204. doi: 10.1016/j.appdev.2008.12.004
- Buri, J. R. (1991). Parental authority questionnaire. *Journal of Personality Assessment*, 57(1), 110-119. doi:10.1207/s15327752jpa5701_13
- Bussab, V. S. R. & Ribeiro, F. L. (1998). Biologicamente cultural. Em: Souza, L.; Freitas, M. F. Q. & Rodrigues, M. M. P. (Orgs.), *Psicologia – reflexões (im)pertinentes* (pp.175-194). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Byrd-Craven, J., Auer, B. J., Granger, D.A. & Massey, A. R. (2012). The father-daughter dance: The relationship between father-daughter relationship quality and daughters' stress response. *Journal of family psychology*, 26(1), 86-94. doi:10.1037/a0026588
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. Em: Carter, B.; McGoldrick, M. (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (2 ed., pp. 07-29). Porto Alegre: Artmed.
- Chirkov, V., Ryan, R.M., Kim, Y. & Kaplan, U. (2003). Differentiating autonomy from individualism and independence: A self-determination theory perspective on internalization of cultural orientations and well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84(1), 97-110. doi: 10.1037/0022-3514.84.1.97
- Coll, C. Marchesi, A. & Palacios, J. (orgs.) (2004). *Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva* (2ª ed., Vol 1). Porto Alegre: Artmed.
- Coleman, J.C. (1978). Current contradictions in adolescent theory. *Journal of Youth and Adolescence*, 7(1), 1-11. doi:10.1007/BF01538683
- Coleman, J. C. (2011). *The nature of adolescence*. London: Routledge
- Darling, N. & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113(30), 487-496. doi:10.1037/0033-2909.113.3.487
- Deci, E.L. & Ryan, R.M. (2000). The “what” and “why” of goal pursuits: Human needs and the self-determination of behavior. *Psychological Inquiry*, 11(4), 227-268. doi: 10.1207/S15327965PLI1104_01

- Del Giudice, M., & Belsky, J. (2011). Parent-child relationships. Em: D. M. Buss & P. H. Hawley (Eds.), *The evolution of personality and individual differences*. (pp 65-82). New York: Oxford University Press.
- Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. (2009). Rio de Janeiro: Editora Objetiva e Instituto Antonio Houaiss.
- Dwairy, M., Achoui, M., Abouserie, R., Farah, A., Sakhleh, A., Fayad, M., Khan, A.K. (2006). Parenting styles in Arab societies: A first cross-regional research study. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 37(3), 230-247. doi: 10.1177/0022022106286922
- Dwairy, M. & Menshar, K.E. (2006). Parenting style, individuation, and mental health of Egyptian adolescents. *Journal of Adolescent*, 29(01), 103-107. doi:10.1016/j.adolescence.2005.03.002
- Flaake, K. (2005). Girls, adolescence and the impact of bodily changes: Family dynamics and social definitions of the female body. *European Journal of Women's studies*, 12(2), 201-212. doi:10.1177/1350506805051241
- Fuhrman, T., & Holmbeck, G.N. (1995). A contextual moderator analysis of emotional autonomy and adjustment in adolescence. *Child Development*, 66(3), 793-811. doi: dx.doi.org/10.2307/1131951
- Furstenberg, F.F.(2000). The sociology of adolescence and youth in the 1990s: A critical commentary. *Journal of Marriage and the Family*, 62(4), 896-910. doi: dx.doi.org/10.1111/j.1741-3737.2000.00896.x
- Geary, D.C. (2000). Evolution and proximate expression of human parental investment. *Psychological Bulletin*, 126 (1), 55-77. doi:10.1037/0033-2909.126.1.55

- Geary, D.C. (1998). Paternal Investment. Em: Geary, D. C., *Male, female: The evolution of human sex differences* (pp. 97-119). Washington D.C.: American Psychological Association.
- Geary, D.C., Bjorklund, D.F. (2000). Evolutionary Developmental Psychology. *Child development*, 71(1), 57-65. doi: dx.doi.org/10.1111/1467-8624.00118
- Geuzaine, C., Debry, M., & Liesens, V. (2000). Separation from parents in late adolescence: The same for boys and girls? *Journal of Youth and Adolescence*, 29(1), 79-91. doi:10.1023/A:1005173205791
- Gilligan, C. (1993). *In a different voice: Psychological theory and women's development*, Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Goossens, L. (2008). The many faces of adolescent autonomy: Parent-adolescent conflict, behavioral decision making, and emotional distancing. Em: Jackson, S & Goossens, L (Eds.), *Handbook of adolescent development* (pp. 135-153). New York: Psychology Press.
- Grossman, E. (2010). A construção do conceito de adolescência no ocidente. *Adolescência e saúde*, 7(3), 47-51. Capturado em: http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=235
- Henrich, J., Heine, S., Norenzayan, A. (2010). The weirdest people in the world? *Behavioral and Brain Sciences*, 33, 61-135. doi:10.1017/S0140525X0999152X
- Herculano-Houzel, S. (2005). *O cérebro em transformação*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Jackson, S. & Goossens, L.(eds.). (2008). *Handbook of adolescent development*. New York: Psychology Press.
- Jensen, L. A., Arnett, J.J., Feldman, S.S., & Cauffman, E. (2004). The right to do wrong: Lying to parents among adolescents and emerging adults, 33(2), 101-112. doi: 10.1023/B:JOYO.0000013422.48100.5a

- Jiménez, A.P., & Delgado, A. O. (2002). Comunicación y conflicto familiar durante la adolescência. *Anales de Psicología*, 18(2), 215-231. Capturado em: www.um.es/analesps/v18/v18_2/02-18_2.pdf
- Kagitçibasi, Ç. (1996). The autonomous-relational self: A new synthesis. *European Psychologist*, 1(3), 180-186. doi: 10.1027/1016-9040.1.3.180
- Kagitçibasi, Ç. (2005). Autonomy and relatedness in cultural context: implications for self and family. *Journal of Cross-Cultural psychology*, 36(4), 403-422. doi:10.1177/0022022105275959
- Kagitçibasi, Ç. (2007). *Family self and human development across cultures: theory and applications*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Kagitçibasi, Ç. (2012). Sociocultural change and integrative syntheses in human development: Autonomous-related self and social-cognitive competence. *Child Development Perspectives*, 6(1), 5-11. doi:10.1111/j.1750-8606.2011.00173
- Kagitçibasi, Ç. (2013). Adolescent autonomy-relatedness and the family in cultural context: What is optimal? *Journal of Research on Adolescence*, 23(2), 223-235. doi: 10.1111/jora.12041
- Keller, H. (1998). Diferentes caminhos de socialização até a adolescência. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 8(1/2), 01-14. Capturado em: <http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/viewFile/38572/41419>
- Keller, H. (2000). Human parent-child relationships from an evolutionary perspective. *American Behavioral Scientist*, 43(6), 957-969. doi: 10.1177/00027640021955694
- Keller, H. (2012). Autonomy and relatedness revisited: Cultural manifestations of universal human needs. *Child Development Perspectives*, 5(4), doi:10.1111/j.1750-8606.2011.00208.x

- Keller, H. & Kärtner, J. (2013). Development: The cultural solution of universal developmental tasks. Em Gelfand, M.J., Chiu, C-y., Hong, Y. (Eds.), *Advances in culture and psychology* (vol.3, pp. 63-116). New York: Oxford University Press.
- Klein, H. (1990). Adolescence, youth and young adulthood: Rethinking current conceptualization of life stage. *Youth and Society*, 21(4), 446-471.
doi:10.1177/0044118X90021004002
- Kroeger, J. (2009). *Identity in adolescence: The balance between self and other* (3rd.). New York: Routledge.
- Lee, C.T., & Beckert, T. E. (2012) Taiwanese adolescent cognitive autonomy and identity development: The relationship of situational and agential factors. *International Journal of Psychology*, 47(1), 39-50. doi:
dx.doi.org/10.1080/00207594.2011.572972
- Lehalle, H. (2008). Moral development in adolescence: How to integrate personal and social values?. Em: Jackson, S & Goossens, L (Eds.), *Handbook of adolescent development* (pp. 118-134). New York: Psychology Press.
- Lila, M., Aken, M., Musitu, G. & Buelga, S. (2008). Families and adolescents. Em: Jackson, S & Goossens, L. (Eds.), *Handbook of adolescent development* (pp: 154-174). New York: Psychology Press.
- Lipp, M. (2010). *O adolescente e seus dilemas: Orientação para pais e educadores*. Campinas, SP: Papyrus Editora.
- Lippa, R.G. (2005). *Gender, nature and nurture* (2nd ed.). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

- Loewenstein, G., & Lerner, J.S. (2003). The role of affect in decision making. Em: Davidson, R.J., Scherer, K.R., & Goldsmith, H.H (Eds), *Handbook of affective sciences* (pp. 619-642). Oxford: University Press.
- Lopez, F., & Campos, D. (Orgs.). (2012). *Filhos: adolescentes de 10-20 anos, dos pediatras da Sociedade Brasileira de pediatria para os pais*. Tamboré Barueri, SP: Editora Manole.
- Luciano, M.M. (2010). Autonomy and relatedness reconsidered: Learning from Indian families. *Culture & Psychology, 16*(4), 497-505. doi: 10.1177/1354067x10380164
- Luna, B., Paulsen, D.J., Padmanabhan, A., & Geier, C. (2013). The teenage brain: Cognitive control and motivation. *Association for Psychological Science, 22*(2), 95-110. doi:10.1177/0963721413478416
- Mayer, B., Trommosdorf, G., Kagitçibasi, Ç. & Mishra, R.C. (2012). Family models of independence/interdependence and their intergenerational similarity in Germany, Turkey, and India. *Family Science, 3*(1), 64-74. doi: 10.1080/19424620.2011.671503
- McGoldrick, M. (1991). Women through the family life cycle. Em McGoldrick, M., Anderson, C.M., & Walsh, F. (Eds.), *Women in families: A framework for family therapy* (pp.200-226). NY: W.W. Norton &Company
- McKinney, C., & Renk, K. (2011) Differential parenting between mothers and fathers: Implications for late adolescents. *Journal of Family Issues, 29*(6), 806-827. doi: 10.1177/0192513X07311222
- Milman, L. (1998). *Cresceram!!! Um guia para pais de adolescentes*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.

- Milnitsky-Sapiro, C., Turiel, E., & Nucci, L. (2006). Brazilian adolescents' conceptions of autonomy and parental authority. *Cognitive Development, 21*, 317-331.
doi:10.1016/j.cogdev.2006.01.001
- McElhaney, K. B., & Allen, J. P. (2001). Autonomy and adolescent social functioning: the moderating effect of risk. *Child Development, 72*(1), 220-235.
doi:10.1111/1467-8624.00275
- McElhaney, K. B., Porter, M., Thompson, L., & Allen, J. (2008). Apples and oranges: Divergent meanings of parents' and adolescents' perceptions of parental influence. *Journal of Early Adolescence, 28*(2), 206-229.
doi:10.1177/0272431607312768
- Micucci, J.A. (1998). *The adolescent in family therapy: Breaking the cycle of conflict and control*. London: The Guilford Press.
- Nichols, M. P., & Schwartz, R.C. (2007). *Terapia familiar: Conceitos e métodos* (7a ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Noom, M., Dekovic, M., & Meeus, W. (2001). Conceptual analysis and measurement of adolescent autonomy. *Journal of Youth and Adolescence, 30*(5), 577-595.
doi:10.1023/A:1010400721676
- Nguyen, P. V., & Cheung, M. (2009). Parenting styles as perceived by Vietnamese american adolescents. *Child and Adolescent Social Work Journal, 26*(6), 505-518. doi: dx.doi.org/10.1007/s10560-009-0182-0
- Parra, A., & Oliva, A. (2009). A longitudinal research on the development of emotional autonomy during adolescence. *The Spanish Journal of Psychology, 12*(1), 66-75.
doi: dx.doi.org/10.1017/S1138741600001487
- Pardeck, J. A., & Pardeck, J.T. (1990). Family factors related to adolescent autonomy. *Adolescence, 25*(98), 311-319.

- Perry, D.G., Pauletti, R. E. (2011). Gender and adolescent development. *Journal of Research on Adolescence*, 21(1), 61-74. doi:10.1111/j.1532-7795.2010.00715.x
- Petersen, A. C. (1988). Adolescent Development. *Ann. Rev. Psychol.*, 39, 583-607.
doi:10.1146/annurev.ps.39.020188.003055
- Ponciano, E.L.T. (2012) Autonomia VS Autoridade Parental: A construção da identidade no final da adolescência para a vida adulta. Relatório de Pesquisa: CNPq.
- Ponciano, E. L. T., & Seidl-de-Moura. M. L. (2011). Identity and parents-children's relationship in the transition to adulthood. Em: CD of 4th *Regional Mediterranean and Atlantic Congress of the IAGP*.
- Oliva, A. (2006). Relaciones familiares y desarrollo adolescente. *Anuario de Psicologia*, 37(3), 209-223. Capturado em:
<http://www.raco.cat/index.php/anuariopsicologia/article/viewFile/61838/82584>
- Ozella, S. (2002). Adolescência: Uma perspectiva crítica. Em: Koller, S.H. (Org.), *Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas* (pp. 16-24). Rio de Janeiro: CFP.
- Recheirt, C. B. (2011). Educar para a autonomia: Desafios e perspectivas. Em: Wagner, A. & et al (Org.), *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões* (pp. 89-98). Porto Alegre: Artmed.
- Reichert, C.B., & Wagner, A. (2007a). Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais. *Psico*, 38(3), 292-299. Capturado em:
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1496/2173>

- Reichert, C.B., & Wagner, A. (2007b). Considerações sobre a autonomia na contemporaneidade. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 7(3), 405-418.
Capturado em: <http://www.revispsi.uerj.br/v7n3/artigos/pdf/v7n3a04.pdf>
- Rogoff, B. (2003). *The cultural nature of human development*. New York: Oxford University Press.
- Ryan, R.M., & Deci, E.L. (2000). Intrinsic and extrinsic motivations: Classic definitions and new directions. *Contemporary Educational Psychology*, 25(1), 54-67. doi: 10.1006/ceps.1999.1020
- Ryan, R.M., & Deci, E.L. (2006). Self-regulation and the problem of human autonomy: Does psychology need choice, self-determination, and will? *Journal of Personality*, 74(6), 1557-1586. doi: 10.1111/j.1467-6494.2006.00420.x
- Rocha-Coutinho, M.L. (2006). Transmissão geracional e família na contemporaneidade. Em: Barros, M.L. (Org.), *Família e gerações*. Rio de Janeiro: Editora FGV
- Seidl-de-Moura, M. L., Ribas, A. F. P., Seabra, K. C., Pessôa, L. F., Ribas, R. C., Jr. & Nogueira, S. E. (2004). Interações iniciais mãe-bebê. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 295-302. Capturado em:
<http://www.scielo.br/pdf/prc/v17n3/a02v17n3.pdf>
- Seidl-de-Moura, M. L., Ribas, A. F. P., Seabra, K. C., Pessôa, L. F., Nogueira, S.E, Mendes, D. M. L. F., & Vicente, C. (2008). Interações mãe-bebê de um e cinco meses: aspectos afetivos, complexidade e sistemas parentais predominantes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 66-73. Capturado em:
<http://www.scielo.br/pdf/prc/v21n1/a09v21n1.pdf>
- Seidl-de-Moura, M. L., Bandeira, T. T. A., Nahum, K., Da Cruz, E. M., Amaral, G., & De Marca, R. G. C. (2009). Parenting cultural models of a group of mothers

from Rio de Janeiro. *The Spanish Journal of Psychology*, 12(2), 506-517. doi:
dx.doi.org/10.1017/S1138741600001888

Seidl-de-Moura, M. L., Ziviani, C., Fioravanti-Bastos, A. C., & Carvalho, R. V. C.

(2013). Adaptação das escalas de *self* autônomo, relacionado e autônomo-
relacionado de Ç. Kağıtçıbaşı. *Avaliação Psicológica*, 12(2), 193-201.

Capturado em <http://www.redalyc.org/pdf/3350/335027505010.pdf>

Seidl-de-Moura, M.L., Carvalho, R.V.C. & Vieira, M.L. (2013). Brazilian mothers' cultural model: Socialization for autonomy and relatedness. Em: *Parenting in South American and African Context*. (pp.1-15). Capturado em:

<http://www.intechopen.com/books/parenting-in-south-american-and-african-contexts/brazilian-mothers-cultural-models-socialization-for-autonomy-and-relatedness>

Sessa, F.M., & Steinberg, L. (1991). Family structure and the development of autonomy during adolescence. *Journal of Early Adolescence*, 11(1), 38-55. doi:

10.1177/02724316911111003

Silveri, M.M., Sneider, J.T., Crowley, D.J., Covell, M.J., Acharya, D., Rosso, I.M,

Jensen, J.E. (2013). Frontal lobe γ -aminobutyric acid levels during adolescence: associations with impulsivity and response inhibition. *Biological Psychiatry*,

74(4), 296-304. doi: dx.doi.org/10.1016/j.biopsych.2013.01.033

Smetana, J., Crean, H.F., & Campione-Barr, N. (2005). Adolescents' and parents'

changing conceptions of parental authority. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 2005(108), 31-46. doi: dx.doi.org/10.1002/cd.126

Smetana, J. G., & Turiel, E. (2003). Moral development during adolescence. Em

Adams, G.R. & Berzonsky, M.D. (Eds.), *Blackwell handbook of adolescence* (pp.247-268). Oxford: Blackwell Publishing.

- Spear, H.J. & Kulbok, P. (2004). Autonomy and adolescence: A concept analysis. *Public Health Nursing, 21*(2), 144-152. doi:10.1111/j.0737-1209.2004.021208.x
- Stewart, S.M., Zaman, R.M. & Dar, R. (2006) Autonomy as a psychological need: Perceptions of Pakistani mothers. *Psychology and Developing Societies, 18*(2), 227-238. doi:10.1177/097133360601800205
- Steingberg, L. (2001). We know some things: Parent-child relationships in retrospect and prospect. *Journal of Research on Adolescence, 11*(1), 1-19. doi: 10.1111/1532-7795.00001
- Steinberg, L. & Silverberg, S. (1986). The vicissitudes of autonomy in early adolescence. *Child Development, 57*(4), 841-851. doi: 10.2307/1130361
- The Oxford American dictionary and language guide.* (1999). New York: Oxford University Press.
- Tung, S., & Dhillon, R. (2006). Emotional autonomy in relation to family environment: A gender perspective. *Journal of the Indian Academy of Applied Psychology, 32*(3), 201-212. Capturado em: <http://medind.nic.in/jak/t06/i1/jakt06i1p201.pdf>
- Videon, T.M. (2005). Parent-child relations and psychological well-being: Do dads matter? *Journal of Family Issues, 26*(1), 55-78. doi: dx.doi.org/10.1177/0192513X04270262
- Vieira, M. L., Rimoli, A. O., Prado, A. B., & Chelini, M. O. M. (2009). Cuidado e responsividade parentais: Uma análise a partir da teoria da história de vida e da teoria do investimento parental. Em: Yamamoto, M. & Otta, E. (Orgs.), *Psicologia evolucionista* (pp. 86-95). São Paulo: Guanabara Koogan.
- Vieira, M. L., Seidl-de-Moura, M. L., Lordelo, E., Piccinini, C. A., Martins, G. D. F., & Macarini, S. M.(2010). Brazilian mothers' beliefs about child-rearing practices.

Journal of Cross-Cultural Psychology, 41(2), 195-211. doi:

10.1177/0022022109354642

- Vieira, M.L., Seidl-de-Moura, M. L., Macarini, S.M., Martins, G.D.F., Lordelo, E., Tokumaru, R. S., & Oliva, A. D. (2010). Autonomy and interdependence: Beliefs of Brazilian mothers from large capitals and small towns. *The Spanish Journal of Psychology*, 13(2), 818-826. doi: 10.1017/S113874160000247X
- von Klitzing, K. (2011). Why do fathers matter? *Family Science*, 2(2), 156-158. doi: 10.1080/19424620.2011.657831
- Wagner, A., & et al (Orgs.) (2011). *Desafios psicossociais da família contemporânea: Pesquisas e reflexões*. Porto Alegre: Artmed.
- Way, N., & Gillman, D.A. (2000) Early adolescent girls' perceptions of their relationships with their fathers: A qualitative investigation. *Journal of Early Adolescence*, 20(3), 309-311. doi: 10.1177/0272431600020003003
- Zimmer-Gembeck, M. J. & Collins, W. A. (2003). Autonomy development during adolescence. Em Adams, G.R. & Berzonsky, M.D. (Eds.), *Blackwell handbook of adolescence* (pp.175-204). Oxford: Blackwell Publishing.

Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Código:

Pesquisa: A percepção do estilo parental paterno em adolescentes cariocas: implicações para o desenvolvimento da autonomia.

Você está sendo convidada a participar desta pesquisa cujo objetivo é o de analisar a percepção do estilo parental paterno e o desenvolvimento da autonomia em adolescentes da cidade do Rio de Janeiro. Irão participar desse estudo 50 adolescentes, do sexo feminino, de diferentes grupos socioeconômicos. Acredita-se que os resultados desta pesquisa possam vir a contribuir para programas de promoção de saúde na Psicologia.

A sua participação é voluntária. Sendo assim, não haverá qualquer gasto financeiro nem pagamento pela sua participação no projeto. Caso você aceite participar, solicitamos a permissão para que possamos entrevistá-la e usarmos esse material para a pesquisa. Todas as informações fornecidas são estritamente confidenciais. Desta maneira, apenas os pesquisadores terão conhecimento dos dados, que não são considerados individualmente e, sim, em conjunto. Os dados da pesquisa também poderão ser publicados, utilizados para fins de ensino e durante encontros e debates científicos, mas sempre se certificando do anonimato dos participantes.

Sua participação não oferece riscos a sua dignidade e a de sua família. Você pode, no entanto, sentir um leve sentimento de timidez diante dos questionários. Você tem o direito de negar a participação em qualquer etapa deste estudo sem qualquer prejuízo para você ou para a sua família. Com os resultados dessa pesquisa pretende-se ampliar a divulgação das noções de autonomia e a compreensão, pela perspectiva da filha, da participação de seu pai no seu desenvolvimento.

A qualquer momento você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa por meio dos telefones 2587-7284 ou 25877304 ou na UERJ – Rua São Francisco, 524 – 10º andar - Sala 10004 - Bloco F- CEP: 20559-900.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu _____ de
forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse em participar da pesquisa.

Eu, _____ concordo que minha filha
_____ participe dessa pesquisa.

Rio de Janeiro, ___/___/___.

Assinatura da entrevistada

Assinatura do responsável

Assinatura do pesquisador

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3020, bloco E, 3º andar – Maracanã- Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br- Telefone: (021) 2334-2180.

Anexo B – Inventário de dados sociodemográficos

Dados Sociodemográficos

Código:

Pai

Idade: _____

Profissão/Ocupação: _____

Qual a escolaridade do seu pai?

Não alfabetizado	
Ensino fundamental incompleto: primário incompleto	
Ensino fundamental incompleto: primário completo e ginásio incompleto	
Ensino fundamental completo	
Ensino médio incompleto	
Ensino médio completo	
Ensino superior incompleto	
Ensino superior completo	
Pós-graduação	
Não sabe	

Filha

Idade: _____

Profissão/Ocupação: _____

Qual a sua escolaridade?

Não alfabetizada _____

Ensino fundamental incompleto _____ Qual o ano? _____

Ensino fundamental completo _____

Ensino médio incompleto _____ Qual o ano? _____

Ensino médio completo _____

Quantas horas semanais você passa com o seu pai? _____

Quantas pessoas moram em sua residência (sem contar empregados)? _____ Quem são estas pessoas?

Você tem irmãos? _____ Quantos? _____

Favor informar a idade atual dos seus irmãos/irmãs na seqüência dos mais velhos para os mais novos (incluindo a si própria) e o sexo de cada um.

Posição na Seqüência de nascimentos	Idade atual	Sexo (F ou M)
1		
2		
3		
4		
5		
6		

Código:

Anexo C – Inventário de Autonomia e Interdependência

Por favor, assinale cada afirmação o quanto concorda com a mesma:

		1	2	3	4	5
		Nem um pouco	Um pouco	Mais ou menos	Muito	Completamente
1	Pessoas que são próximas a mim têm pouca influência em minhas decisões.					
2	Ao tomar uma decisão, consulto aqueles que me são próximos.					
3	Em assuntos pessoais, eu aceito a decisão de pessoas de quem me sinto próximo.					
4	Conduzo minha vida de acordo com as opiniões de pessoas de quem me sinto próximo(a).					
5	Posso mudar minhas decisões facilmente de acordo com os desejos daqueles que são próximos a mim.					
6	Preciso de apoio das pessoas de quem me sinto muito próximo(a).					
7	Prefiro manter certa distancia em minhas relações íntimas.					
8	Aqueles que são próximos a mim são minha maior prioridade.					
9	Em geral, guardo para mim meus assuntos pessoais.					
10	As pessoas que são próximas a mim influenciam fortemente minha personalidade.					
11	Costumo pensar naqueles de quem me sinto próximo.					
12	Não me preocupo com o que pensam de mim, ainda que sejam pessoas próximas.					
13	Não gosto de interferência de nenhuma pessoa em minha vida, ainda que seja uma pessoa próxima a mim.					
14	Minhas relações com aqueles de quem sou próximo fazem-me sentir em paz e seguro.					
15	Não compartilho minhas questões pessoais com ninguém, mesmo que sejam pessoas muito próximas.					
16	Uma pessoa que tem relações muito íntimas não pode tomar suas próprias decisões.					
17	É importante tanto ter relações íntimas, quanto também ser autônomo.					
18	Mesmo se as sugestões de quem é próximo forem levadas em conta, a última decisão deve vir da própria pessoa.					
19	Uma pessoa pode ser ligada aos que lhe são próximos, e, ao mesmo tempo, esperar que as diferenças de opinião sejam respeitadas.					
20	As opiniões daqueles que são próximos a mim me influenciam em questões pessoais.					
21	Ser muito próximo de alguém impede a independência.					
22	Uma pessoa deve ser capaz de se opor às idéias daqueles que lhes são próximos.					
23	Dar importância à opinião daqueles que me são próximos, significa ignorar minhas próprias opiniões.					
24	Uma pessoa pode sentir-se tanto autônomo quanto ligado àqueles que lhe são íntimos.					
25	Tento me ajustar aos desejos daqueles de quem me sinto muito próximo.					
26	Para ser autônoma, a pessoa não deveria desenvolver relações próximas					
27	Sinto-me independente de pessoas que são próximas a mim.					

Anexo D – Questionário do Estilo Parental

Questionário do Estilo Parental

Código:

Para cada uma das afirmativas abaixo, marque a resposta que mais se aplica a você e seu pai. Ao ler tente pensar na afirmação que melhor descreve a sua relação com o seu pai na sua infância. Não existem respostas certas ou erradas.

1. Meu pai acreditava que em uma família bem estruturada as crianças deveriam fazer as coisas do seu próprio jeito, como quisessem.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

2. Meu pai me obrigava a fazer coisas que ele acreditava serem corretas, mesmo que eu não concordasse.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

3. Sempre que meu pai me dizia para fazer algo, ele esperava que eu fizesse imediatamente sem questionamentos.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

4. Quando uma regra familiar era estabelecida, meu pai explicava os motivos desta para os filhos.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

5. Meu pai encorajava o diálogo quando eu sentia que as regras e as restrições familiares não estavam de acordo com o que eu pensava.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

6. Meu pai acreditava que uma criança necessita ser livre para tomar suas próprias decisões e fazer o que quisesse, mesmo que isso não tivesse de acordo com o desejo dele.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

7. Meu pai não me permitia questionar nenhuma de suas decisões.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

8. Meu pai orientava os filhos na minha família através do diálogo e da disciplina.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

9. Meu pai pensava que deveria usar a sua autoridade para conseguir que os filhos se comportassem como deveriam.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

10. Meu pai achava que eu não precisava obedecer às regras e normas de comportamento simplesmente porque alguém com autoridade havia estabelecido.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

11. Eu sabia o que meu pai esperava de mim, mas eu também me sentia livre para conversar quando eu não concordava.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

12. Meu pai acreditava que pais sábios deveriam ensinar desde cedo aos filhos quem é o chefe da família.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

13. Meu pai raramente dava orientação sobre o meu comportamento.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

14. Quando eram estabelecidas as decisões familiares, na maioria das vezes, meu pai fazia o que os filhos queriam.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

15. Meu pai dava orientação de forma clara e consistente.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

16. Meu pai ficava muito chateado se eu tentasse discordar dele.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

17. Meu pai acreditava que a maior parte dos problemas na sociedade seria resolvida se os pais não restringissem as atividades, as decisões e os desejos dos filhos durante o seu crescimento.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

18. Meu pai deixava claro o comportamento que esperava de mim e, quando eu não correspondia às suas expectativas, me punia.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

19. Meu pai me permitia decidir a maior parte das coisas sozinha sem me dar muitas orientações.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

20. Meu pai levava em consideração a opinião dos filhos nas decisões familiares, mas não tomavam decisões simplesmente porque os filhos queriam.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

21. Meu pai não se sentia responsável por orientar e dirigir o meu comportamento.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

22. Meu pai tinha padrões bem definidos de comportamento para os filhos, mas ele estava disposto a ajustar esses padrões às necessidades individuais de cada um.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

23. Meu pai orientava o meu comportamento e esperava que eu seguisse a sua orientação, mas sempre ouvia minha opinião e conversava comigo.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

24. Meu pai permitia que eu tivesse o meu próprio ponto de vista nos assuntos familiares e não dava importância se eu decidisse por mim mesma o que eu iria fazer.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

25. Meu pai sempre pensou que a maioria dos problemas na sociedade seria resolvida se os pais fossem rígidos e autoritários com os seus filhos.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

26. Meu pai sempre me dizia exatamente o que fazer e como fazer.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

27. Meu pai me dava direções claras para os meus comportamentos e para as minhas atividades, mas também era compreensivo quando eu discordava delas.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

28. Meu pai não dava orientações com relação aos comportamentos, às atividades e aos desejos dos filhos na minha família.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

29. Eu sabia o que os meus pais esperavam de mim, e eles insistiam para que eu atendesse as suas expectativas simplesmente por respeito à autoridade.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente

30. Se meu pai tomasse uma decisão que me magoasse, ele estava disposto a conversar comigo e admitir a sua falha.

discordo totalmente discordo não concordo nem discordo concordo concordo totalmente